Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Segunda-feira 3.10.2022 / Diário / Ano 158.º / N.º 56 048 / €1,50 / Diretora **Rosália Amorim** / Diretor adjunto **Leonídio Paulo Ferreira** / Subdiretora **Joana Petiz**

EPA/RAPHAEL ALVES

ELEIÇÕES NO BRASIL

Longas filas para votar após horário regular atrasam resultados

ÚLTIMA

FALTA DE CASAS AFASTA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR

Mais de um em cada dez jovens colocados não se matricularam, muitos deles por não terem onde viver. Residências sociais são poucas e os apartamentos que há no mercado são caros ou não têm condições. Plano Nacional para Alojamento de estudantes, que previa recuperação de camas e construção de novos quartos, foi anunciado há quatro anos, mas nunca aconteceu. Associações dizem que a falta de habitação é hoje já a maior barreira para quem entra no Ensino Superior.

PÁGS. 4-6

DOIS GRANDES CIBERATAQUES CONTRA A DEFESA NACIONAL

GRUPO DE EX-CHEFES MILITARES ALERTA PARA "INEFICÁCIA DA ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS"

PÁGS. 8-9

Maior obra municipal fica pronta em 2025

Construção dos túneis do Plano de Drenagem de Lisboa arranca hoje

PÁG. 17

Guerra na Ucrânia

Nove países ex-comunistas apoiam adesão de Kiev à NATO e Papa apela à paz

PÁG. 19

Associação do Ramo Automóvel

Rodrigo Ferreira da Silva antecipa que "vai haver desinvestimento no parque de carros"

PÁGS. 14-15

Embaixadora da Alemanha

O Dia da Unidade Alemã dá-nos confiança, escreve Julia Monar

PÁG. 21

Alterações nas águas costeiras

O que os micro-organismos nos dizem sobre a qualidade dos ecossistemas

PÁGS. 10-11

PÓDIOS NACIONAIS

PÁGS. 22-23

MIGUEL OLIVEIRA VENCE GRANDE PRÉMIO DA TAILÂNDIA

PIMENTA E RAMALHO CAMPEÕES EM K2 NOS MUNDIAIS DA MARATONA

EDITORIAL
Joana Petiz
Subdiretora do Diário de Notícias

A promessa repete-se, mas casas nem vê-las

"A par da Educação e da Saúde, a Habitação é hoje uma questão crucial." Considerando o que sete anos de governação socialista fizeram pelas primeiras, podemos adivinhar para onde caminhamos na Habitação, que António Costa considerou "uma bandeira deste governo". A afirmação vem de julho de 2017, quando o primeiro-ministro afirmou o seu empenho em resolver os problemas da falta de casas em Portugal, sobretudo para a classe média, criando até, para provar o ponto, uma Secretaria de Estado novinha em folha para desenhar a "nova geração de políticas de Habitação".

Apontando que apenas 2% do parque nacional era público – resumindo-se maioritariamente a bairros sociais –, o governo comprometia-se então a aproximar-se progressivamente dos 12% de oferta habitacional pública praticados na Europa. A meta foi estabelecida e quantificada: mais 170 mil casas a chegar ao mercado promovidas pelo Estado até 2024.

A fechar 2022, temos Secretaria de Estado da Habitação, temos Lei de Bases, documentação produzida por "especialistas" e o voto escrito na pedra: "Em 2024 todas as famílias terão direito a habitação condigna". Casas é que nem vê-las.

A dois anos de se cumprir o objetivo – que passaria por um misto de apoios ao arrendamento para famílias, disponibilização de casas do Estado (recuperadas à condição de devolutas ou resgatadas de utilizações de luxo por institutos e serviços vários) e compensação a senhorios que acrescentassem oferta mais barata ao mercado para responder a essa procura –, não se sabe que tenham sido abertas sequer 170, quanto mais 170 mil. E acreditem, se elas existissem, não haveria como escapar aos anúncios em estéreo e néones.

A única alteração ao parque habitacional foi a revisão da promessa para menos casas, gastando mais dinheiro e demorando mais tempo a concretizar.

Em 2019, enquanto lançava programas para convencer os proprietários a arrendar casas 20% abaixo do preço do mercado em troca de duvidosos benefícios fiscais e anunciava a reabilitação de 40 imóveis devolutos do Estado para fazer apartamentos de renda acessível – gigantes como o antigo hospital Miguel Bombarda, que permitiria alojar centenas de famílias –, o primeiro-ministro repetia a promessa de dar teto às 26 mil famílias sem habitação condigna até abril de 2024. E sublinhava o compromisso de entregar 10 mil casas à classe média, tendo reservado para tal 600 milhões de euros.

Em maio de 2021, oito meses depois de reforçar a promessa aquando da apresentação do PRR, que lhe duplicara os fundos para essa meta, revia já para 2026 a entrega das 26 mil casas aos mais necessitados. E em abril de 2022, inscrevia um investimento global superior a 2 mil milhões de euros para erradicar já não "todas", mas apenas "as principais carências habitacionais" identificadas.

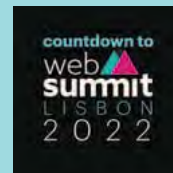
Mas as casas parecem ser como as creches gratuitas, um direito que é de todos mas só chega à metade que teve a sorte de conseguir vaga. Cinco anos depois das promessas de Costa, há menos oferta, os imóveis do Estado continuam devolutos e as vantagens apregoadas para criar uma espécie de PPP na Habitação, conforme se faz no resto da Europa, não convenceram ninguém. Não só não há habitação para as famílias, pobres ou remediadas, como não existirá para os imigrantes que queremos convencer a vir trabalhar em Portugal. E até jovens que têm de estudar fora da sua cidade estão a desistir da universidade por não ter onde morar.

Alguns virão clamar que se proíba quem tem casas de com elas ganhar dinheiro – especulação vergonhosa, acusará a extrema-esquerda. A solução é bem mais simples: dar gás à reabilitação do parque público e avançar com vantagens reais para os proprietários disponibilizarem já casas a quem precisa, sem perderem rendimento a que têm direito. Mas isso obriga a mais do que promessas ocas. Requer vontade de trabalhar por um país melhor.

FOTO DE 1945

A população saiu à rua para comemorar o final da II Guerrra Mundial, momento que as câmaras do DN fixaram. A notícia da vitória sobre o Exército nazi espalhou-se pela Europa, depois de os governos Aliados divulgarem que a "Alemanha capitulou incondicionalmente". A rendição da Alemanha foi decidida pelo Comando Alemão liderado por Gustav Jodl.

OPINIÃO HOJE

NOVA RUBRICA
Countdown to WebSummit 2022 é uma nova rubrica no *Diário de Notícias* que antevê algumas das tendências que vão marcar o próximo encontro mundial das *startups* no final de outubro, em Lisboa. Até à semana do evento, estarão em análise as oportunidades e os desafios dos investidores, os exemplos inspiradores e as novidades que vão marcar a agenda dos empreendedores nacionais e mundiais. O palco passa por aqui, com a reflexão de especialistas numa nova série de artigos de opinião. O artigo hoje publicado tem as assinatura de Joana Moscoso, diretora e cofundadora da Native Scientist, e Rafael Galupa, codiretor e cofundador da Cartas com Ciência.

3.10.2022

Diretora Rosália Amorim **Diretor adjunto** Leonídio Paulo Ferreira **Subdiretora** Joana Petiz **Secretário-geral** Afonso Camões **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira e Artur Cassiano (adjunto) **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Céu Neves e Fernanda Câncio **Editores** Ana Sofia Fonseca, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil,João Pedro Henriques e Nuno Sousa Fernandes **Redatores** Ana Meireles, Carlos Nogueira, César Avó, David Pereira,Isaura Almeida, Paula Sá, Susete Francisco, Susete Henriques, Susana Salvador e Valentina Marcelino **Fecho de edição** Elsa Rocha (editora) **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, Maria Helena Mendes, Lília Gomes, Rafael Costa e João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Joana Petiz (diretora) **Evasões** Pedro Ivo Carvalho (diretor) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (diretora) **Conselho de Redação** Ana Mafalda Inácio, Carlos Nogueira, Paula Sá, Susete Francisco e Rui Frias **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de agosto de 2022: 6.619 exemplares.

Google
novo aeroporto de Lisboa
Tudo
Imagens
Notícias
Vídeos
Maps
Notícias principais
Notícias locais

ENSINO SUPERIOR

Menos quartos, mais caros e muitos estão ocupados por quem já acabou curso

ARRENDAMENTO As residências sociais chegam a poucos estudantes, mesmo que peçam bolsa. A alternativa é procurar no mercado livre, onde há cada vez menos oferta e é mais cara. As associações denunciam que há quem não se matricule por não ter casa e pedem medidas.

TEXTO **CÉU NEVES** FOTOGRAFIA **ÁLVARO ISIDORO / GLOBAL IMAGENS**

Colocados 49 806 alunos na primeira fase do Ensino Superior, 11,6 % não se matricularam, percentagem superior a anos anteriores, sublinham as associações de estudantes. Argumentam que é, também, o reflexo das dificuldades que os deslocados têm em encontrar casa. Há menos quartos, mais caros e são cada vez mais os jovens que mantêm estes alugueres quando acabam o curso e começam a trabalhar. Não ganham para uma casa. A Margarida, a Joana, a Leonor, o Hugo e a Inês relatam essas contrariedades.

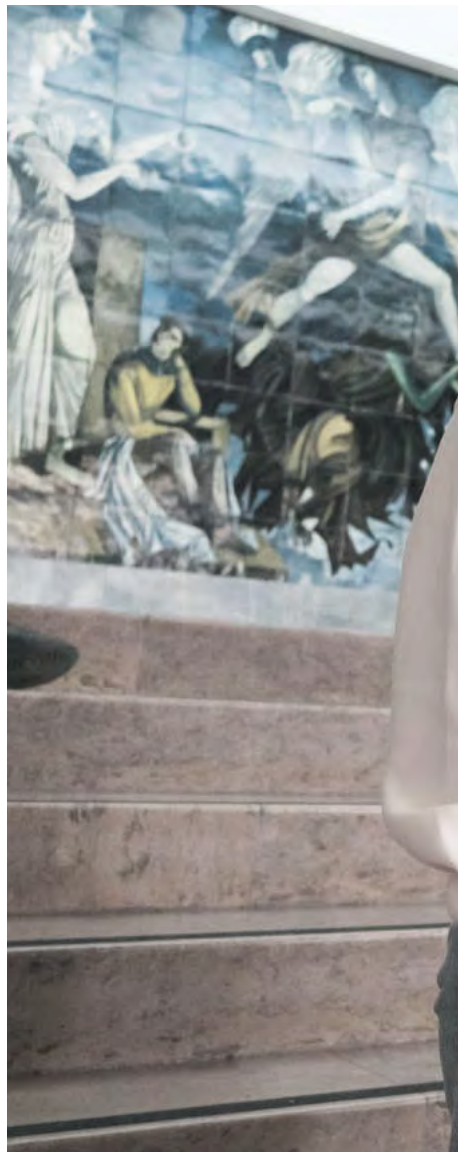
"A habitação é a maior barreira para os estudantes que entram ou permanecem no Ensino Superior e está cada vez pior. Notámos que há uma maior afluência de estudantes e das suas famílias para os ajudar a encontrar um quarto, mas também sentimos que há menos quartos para alugar", diz João Machado, presidente da Federação das Associações de Estudantes de Lisboa.

Este foi o segundo ano com mais colocados no Ensino Superior, só que o número de quartos disponíveis não aumentou na mesma proporção, até diminuiu. O dirigente estudantil acredita que, com a pandemia, alguns senhorios acabaram por alugar as casas a famílias ou optaram pelo Alojamento Local. Acrescenta outro problema que se tem vindo a agravar. Os jovens que terminam o seu curso e começam a trabalhar não têm condições para alugar uma casa e ou voltam para as suas terras ou mantêm os quartos.

O alojamento público não tem aumentado a oferta, são as mesmas 15 mil camas identificadas no Plano Nacional para o Alojamento do Ensino Superior (PNAES) apresentado em 2018/2019. Previa a conclusão de mais 2492 lugares em 2020 e 2705 em 2021, o que não aconteceu. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) não respondeu às perguntas do DN sobre esta matéria.

As matrículas nas universidades e politécnicos não acabaram este ano letivo (os resultados da 2.ª fase saíram sexta-feira), mas em 2021/2022 estavam matriculados quase 412 mil alunos, portugueses e estrangeiros, dados oficiais (*ver quadro*). Estavam deslocados 29,1% (119 887), subia para 42,5% os potenciais necessitados de habitação. As residências do setor público dão resposta a apenas 3,6% do total de estudantes do Ensino Superior e a 8,6% dos interessados. Além de que muitas instalações estão degradadas, protestam os estudantes.

Em Lisboa é onde se sentem mais dificuldades, não só porque são muito mais os estudantes mas também porque as casas são mais caras. O concelho representa quase um terço do universo universitário (29,7%), sendo que as residências apenas cobrem 1%. Praticam-se preços elevados, com quartos a serem arrendados a mais de 500 euros mensais e os senhorios a exigirem três e quatro meses de caução. Muitos não passam recibo, o que parece acontecer com maior frequência na capital. E, quem quer recibo, paga ainda mais caro por um espaço.

"Os estudantes bolseiros que não conseguem alojamento na rede pública têm direito a um complemento e devem apresentar o recibo. Mas,

ALOJAMENTO ESTUDANTIL

PRINCIPAIS POLOS UNIVERSITÁRIOS	*MATRICULADOS	**CAMAS EM RESIDENCIAIS	**PREÇO MÉDIO POR QUARTO (EUROS)
AVEIRO	13 998	32	257
BRAGA	21 571	905	250
COIMBRA	36 571	1 583	198
COVILHÃ	7 851	595	152
ÉVORA	7 526	364	237
FARO	8 472	0	270
LISBOA	122 554	328	381
PORTO	63 242	1 072	342
TOTAL	411 996	15 073	294

POTENCIAL PROCURA 175 208 **

*INE/DGEEC, ano letivo 2021/22; **Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior; *** Observatório de Alojamento Estudantil, outubro 2022.

Margarida, de Faro, e Joana, de Aveiro, entraram em Estudos Asiáticos, na Faculdade de Letras. Viram coisas a "preços absurdos" e sem recibo.

Inês é de Portimão e entrou na Faculdade de Direito. Ainda procura quarto: "As residências com vagas não têm condições".

como dificilmente encontram um senhorio que o passe, acabam por não ter acesso a esse apoio", denuncia João Machado. Defende uma maior fiscalização a estes alugueres, tal como os dirigentes associativos em geral.

"Camas no chão a 400 euros"

Margarida Sousa, 19 anos, e Joana Silva, 18 anos, entraram para o curso de Estudos Asiáticos na Faculdade de Letras de Lisboa, o único no país. Logo, sabiam desde o primeiro momento que tinham de deixar a casa dos pais. A primeira é de Faro e a segunda de Aveiro. Mas começaram a procurar quarto só quando viram a colocação confirmada, como a maioria faz, o que encurta o tempo para fazer essa busca. Recorreram às aplicações de arrendamento, às redes sociais e aos amigos. Acham que acabaram por ter sorte.

Margarida deu prioridade à localização próxima da faculdade e acabou por ficar com o quarto que uma amiga tinha apalavrado e que foi colocada na Universidade Nova. É no bairro do Rego (15 minutos pé da Cidade Universitária), 330 euros mensais, com água e luz. Está num T2 transformado em T3, com uma casa de banho, que partilha com mais duas raparigas. "É um bom quarto, dos melhores que encontrei, vi coisas a preços absurdos e sem condições, camas no chão por 400 euros mensais", descreve. Previu um *plafond* de 300 euros – acaba por pagar um pouco mais, mas pode ir a pé para a faculdade. Quem o alugou não passa recibo.

Joana encontrou a solução no *Facebook*. Depois de muito procurar, pediu ajuda nesta rede social e apareceu outra estudante que tinha encontrado um apartamento em Loures, um T3 por 800 euros mensais, com duas casas de banho. "Também tive sorte, os senhorios disseram logo que só alugavam a casa a nós, não exigiram caução e passam recibo. Pagamos 400 euros cada uma, com água e luz, e podemos ceder um terceiro quarto, vamos ver. A única questão é que se alguém sair temos de assegurar o aluguer total, mas comparando com o que vi é muito bom. Respondi a um anúncio quer eram duas camas por quarto e queriam 450 euros mensais".

As duas jovens candidataram-se a uma bolsa de estudo, processo de atribuição que ainda não está concluído. Mas Margarida já sabe que não terá direito ao complemento para o alojamento, uma vez que não tem o comprovativo da renda.

Hugo Varandas, 18 anos, de Albufeira, entrou em Engenharia Eletrotécnica e Computadores no Instituto Superior Técnico (IST). Começou a procurar casa no início de agosto. "Tinha quase a certeza que ia entrar em Lisboa, foi onde meti todas as opções, e comecei logo a procurar. Vi muitos anúncios e liguei para muito lado, foi complicado. Nos quartos que estavam dentro do meu orçamento (350/400 euros mensais) diziam que já tinham 30 visitas. Fui ver alguns que tinham acabado de ser alugados e encontrei casas com quartos a 650 euros e onde moravam seis pessoas, com uma cozinha mínima", conta.

Acabou por alugar um T0 junto ao Técnico, na Alameda D. Afonso Henriques, e que vai partilhar com um amigo, também do Algarve. É uma casa da porteira, sem mobília (só a cozinha estava equipada), por 750 euros mensais, sem contar com a água e a luz. Foi o melhor que conseguiram e alugaram uma carrinha para trazer rapidamente as camas, um sofá, o mínimo para pôr a casa funcional. A vantagem é que passam recibo e Hugo candidatou-se a uma bolsa.

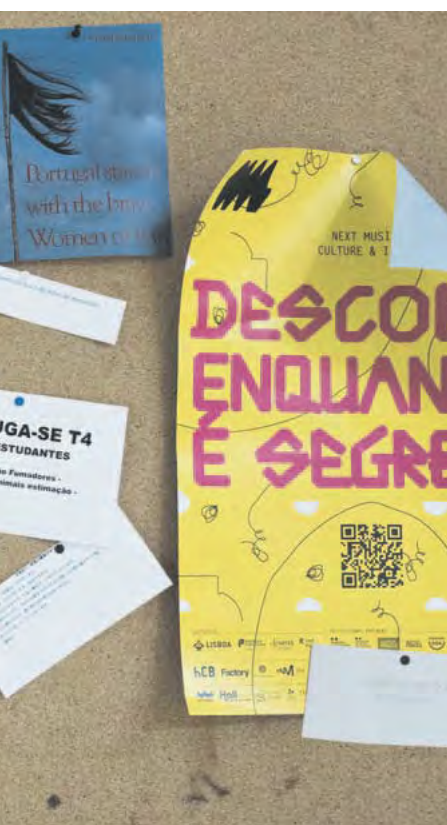
É o segundo ano com mais colocados nas universidades e politécnicos, só que o número de quartos não aumentou, até diminuiu. Com a pandemia, alguns senhorios optaram por alugar a famílias ou pelo Alojamento Local.

Média entre 152 e 381 euros

Segundo o Observatório do Alojamento Estudantil (OSE), atualmente, o preço médio por quarto no país é de 294 euros mensais, mais 7,7 % do que no ano letivo de 2021/2022. Resulta da análise do mercado livre de arrendamento e em que foram comparados mais de 100 mil anúncios. Informação detalhada por concelho e que está disponível numa plataforma que o MCTES lançou há dois anos (https://www.student.alfredo.pt/).

Indica em tempo real qual é o número de quartos disponíveis em cada concelho, o preço médio geral e por freguesia, as universidades e politécnicos dessa zona, bem como as camas em residências. É um projeto do ministério em parceria com uma *startup* portuguesa focada no imobiliário, as associações de estudantes e os serviços sociais das universidades e politécnicos.

Os valores médios variam entre 152 (Covilhã) e 381 euros (Lisboa), sendo que, em geral, as artérias principais são as mais caras, não depen-

continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

dendo esse valor da localização das instituições de ensino. O Porto apresenta o segundo valor mais elevado.

"Houve uma redução brutal da oferta disponível, o que levou a um aumento dos valores, quartos em média a 300/350 euros. Não estamos a falar apenas no centro, sentimos isso também nas cidades periféricas – Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Gondomar e Vila do Conde –, onde os estudantes tentavam arranjar quartos mais baratos. O elevado custo da habitação já se sentia em 2019 e as pessoas começaram a deslocar-se para a periferia, mas agora não há a mesma oferta que havia antes da pandemia", refere Ana Gabriela Cabilhas, presidente da Federação de Associações do Porto.

É a segunda cidade do país com mais matriculados no Ensino Superior, 15,4 % do total, e a dirigente estima que 30 % a 40 % dos estudantes são deslocados. As residenciais cobrem 1,7 % do universo estudantil.

Coimbra é a cidade com maior resposta de residências para estudantes, camas que correspondem a 4,3 % dos alunos, sem falar nas repúblicas estudantis. O que se reflete no preço médio de um quarto no mercado privado, não chegando aos 200 euros mensais. Mais barato só na Covilhã (152 euros), também com um maior rácio de residenciais por estudantes que no geral.

"Reconhecemos que tem sido feito um esforço por parte da Universidade de Coimbra ao nível do alojamento para estudantes. Este ano, fez um investimento de 500 mil euros para recuperar residências e foi anunciado mais duas novas a juntar às 13 existentes, mas ainda é insuficiente", começa por dizer João Caseiro, presidente da Associação Académica de Coimbra.

Na prática, sentiram maior dificuldade no alojamento este ano. "Há menos quartos e nota-se o efeito da inflação, sentimos um aumento na ordem dos 10 %. Quartos que há três anos se encontravam a 200/230 euros mensais estão a 270 euros. Estamos a falar do mercado de arrendamento livre, que acaba por ser a maior oferta".

Com a pandemia, muitos estudantes permaneceram nas suas casas, deslocando-se pontualmente à universidade. Este ano, precisam mesmo de ter residência para acompanhar as aulas presencialmente e é mais difícil. "Muitas quartos ficaram por alugar durante a pandemia e houve um desinvestimento dos senhorios no aluguer a estudantes. Também houve quem investisse em estúdios, que têm um preço mais elevado", explica João Caseiro.

200 km todos os dias

Quem vai continuar a morar com os pais é a Leonor Marques, 18 anos, que vive nas Caldas da Rainha. Entrou em Estudos Gerais, na Faculdade de Letras, quase a 100 km de casa, mas a família fez as contas e considerou que valia a pena o sacrifício nas deslocações. "Alugar um quarto é muito caro, seria uma grande despesa e que não compensa em relação ao valor do passe [60 euros mensais]. Demoro cerca de 1h20 a 1h30 para chegar à faculdade, que é quase o mesmo que gastam alguns colegas que vivem em Lisboa", justifica. E há uma grande regularidade entre as camionetas, 15 minutos durante a manhã e 30 minutos à tarde. Tem de se levantar por volta das 05h30 quando tem aulas às 08h00, para sair ao fim da tarde em alguns dias.

"Acaba por se fazer bem, deito-me mais cedo. As aulas começaram há um mês, estava à espera de ficar mais cansada com o ir e vir todos os dias, mas está a correr bem".

E nem as cidades com habitação mais acessível em geral escapam a esta inflação nos arrendamentos, como é o caso de Braga. O preço médio por um quarto este ano é de 270 euros. "Sendo um mercado curto, a situação está pior que em anos anteriores, menos oferta e a que há é mais cara", diz Duarte Lopes, presidente da Associação Académica da Universidade do Minho.

Enumera duas razões principais: "Dois anos de pandemia, significou que muitos senhorios passaram a alugar as casas a famílias"; "se há uns anos, os estudantes acabavam os cursos, começavam a trabalhar e arrendavam ou compravam uma casa, atualmente não têm rendimento para isso".

Segundo os estudantes, o principal problema é que o setor público não cobre nem de perto as necessidades de quem está no Ensino Superior, nomeadamente dos que pedem bolsa de estudo.

O PNAES foi anunciado há quatro anos, previa uma recuperação de residências e a construção de novos espaços, o que não aconteceu, o que é reconhecido pelo próprio governo. Ana Cabilhas critica: "As camas anunciadas não chegaram a ser concretizadas, houve falta de financiamento. O que temos são promessas com base em objetivos traçados no plano 2018/2019 e que não foram efetivadas".

"Muito pouco foi feito desde 2018. Se fosse cumprido o PNAES não estávamos nesta situação", acusa João Machado. Duarte Lopes acrescenta. "Não só não há resposta como o que existe tem falta de qualidade. Não há novas residências e as que existem estão degradadas. Em Braga, a última residência foi construída há 20 anos".

Hugo, de Albufeira, está em Engenharia Eletrotécnica e Computadores. Ele e um amigo alugaram um T0 sem mobília por 750 euros.

Leonor é das Caldas da Rainha e está na Faculdade de Letras. Vai e vem todos os dias, o passe é bem mais barato que um quarto.

> O Plano Nacional foi anunciado há quatro anos e previa uma recuperação de residências e a construção de novos espaços, o que não aconteceu e é reconhecido pelo próprio governo.

"Residências sem condições"

Inês Ramos, 17 anos, entrou em Direito na Universidade de Lisboa, a sua primeira escolha desde sempre, mesmo sabendo que teria que sair de Portimão, onde vivia com a mãe, a sua única fonte de sustento. Espera que lhe seja atribuída bolsa.

Decidiu que ficaria numa residência pública, esteve quase duas semanas à espera e quando as visitou ficou desiludida. Ainda não encontrou uma solução, tem dormido em casa de uma família amiga.

"Logo que soube que tinha entrado, candidatei-me às residências, só ao fim de quase duas semanas obtive respostas e tinha de estar em Lisboa. Tive uma entrevista mas as residências não têm condições. Vi uma na avenida Duarte Pacheco, quartos pequenos e partilhados, casas de banho com as loiças partidas, a cozinha suja. Chegava e diziam: 'Tens cinco minutos para decidir se queres ficar com o quarto'. E antes de os visitar não explicavam como eram ou mostravam fotos, nada", protesta. O valor a pagar seria de 250 euros mensais, o que é depois coberto pela bolsa, se lhe for atribuída. Decidiu cancelar o pedido de residência e tenciona apresentar queixa sobre o processo. Agora, Inês procura um quarto a preços razoáveis. "O que encontro é por 400 euros mensais e já me chegaram a pedir 1200 euros. Além disso, preciso que o senhorio passe recibo, o que é muito complicado. Há poucos que o fazem e esses são mais caros. Por exemplo, num quarto de 375 euros se passarem recibo fica a 450/500 euros, sobe logo uns 100 euros".

Em julho, o Ministério anunciou 11 795 novas camas e a requalificação de 6444 até 2026 através do PNAES, obras orçamentadas em 375 milhões, prevendo-se gastar 8400 euros por cada cama. O programa está a cargo da Agência Nacional Erasmus+. A região Norte terá o maior número destas camas (5614), seguida do Centro (4790) e Lisboa (4421). No Alentejo, o reforço vai ser de 1991 camas, 719 no Algarve, 434 na região autónoma da Madeira e 270 nos Açores. O gabinete de Elvira Fortunato não esclareceu o DN de como serão faseados estes espaços.

O que se sabe é que vai recorrer ao financiamento do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). Os dirigentes associativos olham com particular atenção para esse processo. "Estamos a assistir a um aumento dos custos associados à construção, nomeadamente dos materiais, e as empresas já apresentaram as propostas. São novos desafios na execução do PRR e gostaríamos de garantir que isso não se refletisse numa má qualidade das habitações", observa Ana Cabilhas.

O que fazer? A dirigente da FAP defende que benefícios fiscais para os arrendatários poderiam "ser um penso rápido". A longo prazo têm de ser tomadas medidas de fundo, nomeadamente na exigência de transparência deste mercado e que passa pela declaração destes alugueres. João Caseiro, de Coimbra, conclui: "É preciso uma maior regulamentação do mercado de arrendamento e uma maior oferta de alojamento público. É preciso canalizar recursos para que as universidades providenciem mais residências públicas e um maior envolvimento das autarquias".

ceuneves@dn.pt

Ciberataques. "São mais um espelho da ineficácia da organização atual das Forças Armadas"

DEFESA Dois ciberataques de larga dimensão contra o sistema de Defesa Nacional em pouco mais de um mês fizeram soar alarmes. O governo garante que está a ser feito investimento em ciberdefesa. O Almirante Melo Gomes alerta para a "degradação contínua" das Forças Armadas e para a "gravidade" da situação.

A Ministra da Defesa, Helena Carreiras, tem previsto investir 45 milhões de euros em ciberdefesa nos próximos oito anos.

TEXTO **VALENTINA MARCELINO**

"Os recentes ciberataques são mais um espelho da ineficácia da organização atual das Forças Armadas", reage o Almirante Melo Gomes, ex-Chefe de Estado-Maior da Armada (CEMA) e porta-voz do Grupo de Reflexão Estratégica Independente (GREI), que junta quase todos os ex-chefes da Marinha, Exército e Força Aérea. Melo Gomes lembra que "a pseudo-reforma das Forças Armadas, efetuada por um incompreensível acordo PS/PSD, tem um ano" e que foram sendo dados "alertas para as suas inúmeras deficiências, sem qualquer acolhimento por parte do poder político". "Agora as consequências estão à vista. Hoje, a situação das Forças Armadas , é inegavelmente ainda pior!", frisa.

No espaço de pouco mais de um mês, entre meados de agosto e esta semana, o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e o Ministério de Defesa Nacional (MDN) foram alvo de dois ciberataques de grande dimensão. O primeiro não chegou a ser detetado pelo sistema de ciberdefesa e, conforme o DN noticiou, foram os serviços de informações norte-americanos a avisarem o governo português que tinham sido expostos na *darkweb* documentos classificados NATO exfiltrados do EMGFA e MDN – situação essa que fontes militares têm negado. O ataque desta semana já foi detetado, porque afetou o funcionamento de toda a internet no EMGFA e ainda no final da semana havia problemas no correio eletrónico. A suspeita de nova exfiltração de documentos ainda está a ser avaliada. Ambos os casos estão sob investigação judicial do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) coadjuvado pela Unidade de Combate do Cibercrime da Polícia Judiciária (PJ). O primeiro, com base na notícia do DN, pois as várias entidades informadas – Gabinete Nacional de Segurança, EMGFA e Serviço de Informações de Segurança – não reportaram à PJ, apesar desta polícia fazer parte do grupo "G4" onde são avaliados todos os ciberataques de maior dimensão, principalmente contra o Estado.

O ex-CEMA Melo Gomes assinala a "contínua degradação em quantidade e qualidade dos efetivos, com o abandono dos quadros por parte de muitos dos mais preparados". "Tal acontece por discriminação negativa nos vencimentos e pela exigência da condição militar chegando-se ao ponto de já não ser possível completar guarnições; por insuficiência de manutenção e de investimento, para o que basta citar o facto de a revisão da Lei de Lei de Programação Militar (LPM) estar, certamente por acaso, atrasadíssima", explica. E a isto acrescenta situações de "atrito por intromissões na cadeia de comando operacional e administrativa". O Almirante lamenta que tudo ocorra "sem que tenha havido qualquer consequência face às preocupações públicas manifestadas pelo Presidente da República no seu discurso de 25 de Abril e numa situação de conflito na Europa de consequências ainda por explicitar claramente aos portugueses". "A gravidade da situação não se pode mais cobrir com o 'Manto Diáfano da Fantasia' nem com o adiamento de decisões imprescindíveis", conclui.

> O investimento para a formação de militares em ciberdefesa foi autorizado pela Ministra em agosto, mas o procedimento para o concurso ainda não arrancou.

45 milhões para a ciberdefesa

Questionado pelo DN sobre o investimento previsto para a ciberdefesa, cuja execução orçamental em 2021, no âmbito da LPM, ficou apenas nos 27%, o gabinete da ministra Helena Carreiras sublinha que até 2030, em oito anos, portanto, está previsto um investimento de 45,490 milhões de euros. Fonte oficial diz que "na revisão da LPM, que se encontra em fase de negociação interna no governo, propõe-se não só manter os compromissos programados entre 2023 e 2026 em matéria de ciberdefesa, mas também reforçar o investimento na edificação de capacidades nas suas componentes estática e projetável, para a condução de todo o espetro de operações militares no ciberespaço pelas Forças Armadas e defesa da infraestrutura tecnológica da Defesa Nacional".

O gabinete recorda que "em maio, a ministra da Defesa Nacional emitiu uma diretiva de revisão da LPM em linha com a mudança radical no ambiente de segurança internacional, provocada pela invasão russa da Ucrânia", sublinhando que esta "vai contribuir para a resposta nacional a essas mudanças, reforçando o investimento em novos domínios das operações, como a ciberdefesa, e em projetos que mitiguem ou eliminem as lacunas do Sistema de Forças conexos com a satisfação de compromissos internacionais".

A isto acresce, adianta ainda a porta-voz de Carreiras, "o investimento em recursos humanos qualificados e em plataformas para reforçar a segurança e resiliência das redes afetas à Defesa Nacional, prioridade inscrita no Programa do XXIII Governo Constitucional para a Defesa Nacional". Neste âmbito, esclarece, a ministra "autorizou em agosto o reforço do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do MDN para 2023, a afetar ao desenvolvimento das atividades de Direções de Serviços de Sistemas de Informação e Centro de Dados da Defesa. Aprovou, igualmente, a realiza-

ção da despesa necessária à contratação pelo EMGFA de serviços de formação e consultoria especializados em ciberdefesa e na condução de operações militares no, e através do, ciberespaço para o novénio 2022-2030".

Sobre o alcance e fase de execução destas medidas autorizadas em agosto (aceleradas pelo ciberataque?), o MDN não adiantou mais informações. No entanto, está publicado em Diário da República um despacho assinado por Helena Carreiras, a 5 de agosto, que autoriza uma despesa de 11,5 milhões de euros (+ IVA) durante nove anos (2022-2030) para a "contratação de serviços de formação e consultoria adequados a fim de garantir a qualificação dos recursos humanos afetos à ciberdefesa nacional". Já para este ano estão previstos 1,6 milhões de euros. Porém, ao que o DN soube junto de fontes da Defesa que acompanham as contratações, apesar da autorização da ministra ter sido dada no início de agosto, este processo ainda não avançou. O procedimento será através de convite prévio e já estarão identificadas três empresas, duas delas israelitas. O MDN não explica o porquê deste atraso.

valentina.marcelino@dn.pt

PCP quer salário mínimo nos 850 euros

Jerónimo de Sousa defendeu ontem a subida do salário mínimo para os 850 euros em janeiro de 2023, e acusou o governo de montar uma "grande operação ideológica" para impedir um aumento dos salários que permita fazer face aos efeitos da inflação.

Discursando no Encontro de Quadros da Juventude Comunista Portuguesa, em Lisboa, o secretário-geral do PCP defendeu o "aumento geral dos salários e do salário mínimo nacional". "Falam do valor do salário mínimo para 2026 para não se comprometerem com o seu aumento significativo já em janeiro. Dizem que querem aumentar o salário médio, mas não eliminam as barreiras que o impedem, designadamente a caducidade da contratação coletiva", criticou. Depois de ouvir vários jovens falarem sobre as dificuldades na escola, no ensino superior ou no mercado de trabalho, o líder comunista apontou uma "grande operação ideológica" para "procurar justificar o injustificável": "O governo, de conluio com o grande capital, quer fazer-nos aceitar que os trabalhadores têm mesmo que aguentar uma nova degradação das condições de vida".

Jerónimo de Sousa falou nas "dificuldades dos jovens trabalhadores que estão apertados entre a ausência de vínculo, por um lado, vivendo na permanente incerteza do dia de amanhã, se o contrato é renovado ou não, se o salário está ou não garantido, e por outro lado, a persistência dos baixos salários que se confronta com o brutal aumento dos preços". E apontou que "perante uma inflação que no final do ano se situará em cerca de 8%, o governo e os patrões querem fazer crer, com o respaldo do comentário especializado, que não é possível um aumento de salários acima dos 4,8%" – o valor proposto pelo Executivo aos parceiros sociais, a aplicar anualmente até 2026.

DN/LUSA

IL. Única certeza na TAP é perda de dinheiro

O presidente da Iniciativa Liberal (IL), João Cotrim Figueiredo, afirmou ontem que a única certeza quanto à TAP é que haverá perda de dinheiro dos contribuintes neste processo.

"Em dois anos e pouco passa-se da certeza de que aquilo [a nacionalização] é a decisão certa para a única certeza de que vamos perder dinheiro e continuar a não ter um serviço de qualidade", afirmou o também deputado, que discursava no final do "*Just X'IL*" – Encontro Nacional da Juventude da Iniciativa Liberal, que decorreu na Nazaré.

O líder da IL comentava as declarações do primeiro-ministro, que no debate parlamentar da última quinta-feira disse esperar que a privatização da TAP ocorra nos próximos doze meses, admitindo que o Estado possa perder dinheiro nesta operação. "A tal TAP que nunca era para ser privatizada e agora já vai ser privatizada e depressa. E, claro, talvez se perca dinheiro. O primeiro-ministro espera que não, mas todos nós temos a certeza que sim", apontou Cotrim Figueiredo, atribuindo ao seu partido o principal papel de crítica ao processo de nacionalização da TAP e de ajuda no contexto da pandemia. "Sem nós, ainda hoje se achava normal ter-se enterrado 3200 milhões de euros dos portugueses na TAP", referiu, considerando que as decisões não foram tomadas no interesse da defesa do dinheiro dos contribuintes.

Durante a primeira parte da sua intervenção, perante uma plateia de jovens militantes do partido, Cotrim Figueiredo criticou os socialistas por não saberem "gerir a coisa pública e os serviços públicos", protestou contra o "bipartidarismo" em Portugal e falou ainda da 'irritação' que a IL provoca a António Costa: "O primeiro-ministro perde as estribeiras, perde as maneiras quando fala com a Iniciativa Liberal. Estamos a mexer onde dói".

DN/LUSA

Opinião
Paulo Baldaia

Pelos valores europeus, contra a extrema-direita

Sem os imigrantes a economia nacional colapsava. O turismo, motor da nossa economia, está altamente dependente da mão-de-obra estrangeira; os frutos vermelhos ficariam por apanhar no Alentejo e a pera-rocha não sairia das árvores no Oeste; a construção civil avançaria a passo de caracol; a limpeza dos hospitais, das empresas e das casas particulares, para quem pode pagar um(a) empregado(a) doméstico(a), não seria feita. A lista é infindável.

Ainda assim, os portugueses não se mostram grandes entusiastas com a imigração. O *European Social Survey* mostrava, em 2018, que o país dava uma nota de apenas 5,6 (numa escala de zero a 10) quando tinha de definir a imigração como sendo boa ou má para a economia. A avaliação piorava (5,1), quando os portugueses eram chamados a dizer se os imigrantes tornavam o país melhor ou pior para se viver. Dos 23 países europeus analisados, Portugal ficava a meio da tabela, dando o pódio, pela negativa, à Rússia, Hungria e Itália, onde a extrema-direita acabou de ganhar o poder.

Num estudo da Escola de Economia de Paris, onde se avaliaram fluxos migratórios entre 1985 e 2015, conclui-se que nos países que mais receberam imigrantes o PIB per capita aumentou e o desemprego caiu, exatamente o oposto do argumento mais utilizado pelos partidos populistas e xenófobos. Um outro estudo, feito pelo McKinsey Global Institute e pelo FMI, mostra que os imigrantes, que correspondem a cerca de 3,4% da população mundial, produzem no total 9,4% da economia global. Valem o triplo da riqueza face ao seu peso populacional.

Mesmo perante estas evidências, a imigração e a aversão das comunidades ao que é diferente são os factores que mais têm contribuído para o crescimento da extrema-direita nacionalista na Europa. Raramente se atrevem a pedir o fim da imigração, sabem que não há nacionais para fazer o trabalho desses estrangeiros, mas exigem uma imigração selectiva, cumprindo regras que transformariam esses imigrantes em prisioneiros, remetidos a guetos de onde pudessem sair apenas para trabalhar; sem cultura e sem valores próprios, como novos cristãos-novos; com míseros salários apenas para garantir que ninguém pudesse dizer literalmente que a escravatura voltou. Mas é escravatura o que defendem, à moda do que se fez e faz no Qatar, por exemplo, para que um mundial de futebol possa acontecer.

Trata-se de defender os valores europeus, dizem os que nos pedem que olhemos para a imigração com cautelas e regras apertadas, regras que desumanizam a relação entre os povos e que transformam em máquinas os trabalhadores estrangeiros que garantem o nosso nível de vida. Como se os valores europeus não assentassem no Humanismo, onde impera o amor e o respeito pelos outros, a racionalidade e a valorização do confronto de ideias e valores diferentes como única forma de evoluirmos enquanto sociedade. Os que apregoam que é preciso sair em defesa dos valores europeus devem ser coerentes e lutar para que a extrema-direita não se aproprie desses valores como chavão com o único propósito de os corromper.

A extrema-direita nacionalista é violenta e, sempre que pode, arrasta os povos para a guerra. Já vimos isto acontecer, o que nos leva a pensar que não pode acontecer de novo?

Jornalista

O que os micro-organismos podem *contar* sobre a qualidade dos ecossistemas

CIÊNCIA Investigadores da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto estudam as alterações nas comunidades microbianas das águas costeiras como um primeiro indicador do estado de saúde de um ecossistema. Objetivo é criar uma "ferramenta" que ajude a um diagnóstico mais precoce.

Investigadoras recolhem sedimentos na Reserva Natural do Cabedelo, no Estuário do Douro.

TEXTO **RUI FRIAS**

No final de junho, uma equipa de investigadores coordenada por Olga Lage, docente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP), dedicou-se a recolher sedimentos no Estuário do Douro, no Cabedelo, onde as águas do rio se preparam para confluir com as do Atlântico que se anunciam logo à frente. Os investigadores recolheram sedimentos de uma zona não poluída, para os contaminar depois, em laboratório, com metais e ver o que acontece à comunidade de micro-organismos presente nesses sedimentos. "Vamos testar diferentes concentrações de chumbo, arsénio, zinco e cobre, metais que encontramos em grande quantidade num outro local do Rio Douro", conta Olga Lage.

O objetivo destes trabalhos – integrados no projeto *BIOMIC*, que agrega equipas de investigadores de Portugal, Espanha e França e é financiado pelo programa europeu *Interreg Sudoe* – é criar uma ferramenta de diagnóstico precoce que permita avaliar a qualidade dos ecossistemas em ambientes aquáticos costeiros, cujo equilíbrio é cada vez mais ameaçado pelas alterações climáticas e pela intervenção humana. E os "milhares de micro-organismos" presentes nas águas e sedimentos, "de bactérias a arqueias, microalgas, fungos e outros" são uma ajuda preciosa nesse sentido, explica Olga Lage.

A avaliação dessa componente microbiológica, "até ao momento nunca contemplada para análise da qualidade da água e dos ecossistemas", é uma das características inovadoras deste projeto. "Em termos gerais, uma maior biodiversidade autóctone caracteriza uma melhor qualidade ambiental", aponta Sara Antunes, investigadora auxiliar do CIIMAR, também envolvida no projeto. "Temos legislação muito específica para ecossistemas aquáticos, interiores e costeiros, mas com ferramentas de análise de indicadores de níveis tróficos superiores, o que quer dizer que quando o problema aparece nesses níveis já está há muito tempo nos níveis tróficos mais baixos. Precisamente nesta componente microbiológica. E esta ferramenta, que estamos a desenvolver, permite avaliar essa sensibilidade", explica. Os níveis tróficos representam uma espécie de hierarquização das teias alimentares e, logicamente, "quanto mais cedo conseguirmos detetar alterações, ou seja, nos níveis tróficos mais baixos, menos danos haverá para recuperar no futuro", diz.

> "Com a seca, os aquíferos estão a ficar com menos água e a água do mar está a invadir aquíferos que naturalmente eram doces (...) alterando dessa forma a comunidade microbiana existente", alertam os investigadores do projeto *BIOMIC*.

No fundo, os investigadores contam encontrar evidências das alterações climáticas na comunidade microbiana desses ecossistemas das zonas aquáticas costeiras. José Catita, diretor sénior do Paralab, laboratório associado ao projeto, dá como exemplo o problema "crítico" da salinização. "Com a seca, os aquíferos estão a ficar com menos água e a água do mar está a invadir aquíferos que naturalmente eram doces. E isso faz com que poços, furos, etc., comecem a ter água salgada. Ao nível dos meios que estamos a estudar pode acontecer a mesma coisa, alterando dessa forma a comunidade microbiana existente. A comunidade microbiana é a primeira a dar sinais dessas alterações", refere o professor associado da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Fernando Pessoa. "A vantagem desta ferramenta é essa de poder atuar mais a montante. Ter uma ferramenta que seja preditiva, que ajude ao diagnóstico e permita uma ação corretiva mais precoce."

Eduarda Almeida, Olga Lage e Sara Antunes, investigadoras da UP participantes no projeto.

Este projeto dá continuidade a um trabalho iniciado em França por investigadores das Universidade de Pau e de La Rochelle, "que já têm trabalho avançado no desenvolvimento de um instrumento para avaliar o estado trófico de ecossistemas de águas doces", explica Olga Lage. Agora, o objetivo é "validar essa ferramenta criada pelos franceses e alargar a sua aplicação a águas de transição (entre as águas doces e salinas), que têm uma comunidade microbiana diferente".

"Grande parte da análise do projeto já está feita e estamos agora num processo de validação em três aspetos diferentes: salinidade, nutrientes e metais", concretiza Sara Antunes, também docente da FCUP. No trabalho levado a cabo pelos investigadores da FCUP em conjunto com a empresa Paralab, está a ser estudado especificamente "o efeito de metais": arsénio, chumbo, cobre e zinco. "A ideia é seguir ao longo do tempo as alterações que ocorrem na comunidade microbiana em sedimentos salinos com a exposição a esses metais", descreve Olga Lage.

Com isto, o projeto *BIOMIC* pre-

FOTOS ANDRÉ ROLO / GLOBAL IMAGENS

tende desenvolver então uma caixa de ferramentas de bioindicadores que relatem o estado ecológico das áreas costeiras. Caixa de ferramentas essa que, "no fundo, vai consistir em dois aspetos principais: o primeiro é o protocolo de análise e o segundo, que é o mais importante, é a base de dados que vamos gerar e o tratamento desses dados", diz José Catita.

O protocolo de análise consiste na identificação e quantificação de todos os micro-organismos que estão presentes numa amostra de sedimento, correspondente a uma determinada região, através de análise metagenómica. "Faz-se a sequenciação da generalidade do material genético que está na amostra e depois faz-se o *matching* com espécies correspondentes com os genes já conhecidos. E assim teremos uma listagem das espécies que estão presentes (neste caso micro-organismos: bactérias, arqueias, fungos…) e em que quantidade", explica.

"Depois de ter a lista qualitativa e quantitativa vem a segunda parte da ferramenta, que é fazer uma primeira abordagem à validação. Uma espécie de caixa negra: aplicamos bioinformática, com algoritmos de análise multivariada, para fazer um diagnóstico de avaliação e perceber se estamos perante um ecossistema saudável ou não saudável, acompanhando esse diagnóstico eventualmente com recomendações de tratamento", acrescenta.

O trabalho de campo estendeu-se por 53 locais diferentes, que proporcionaram 158 amostras. Em Portugal distribuiu-se pelos rios Ave e Douro, ria de Aveiro e ria Formosa, onde as amostras foram recolhidas pela equipa espanhola do projeto. "O facto de termos recolhas de sítios tão diversos robustece a ferramenta. A ideia é que depois, ao ir para outro local que não tenha sido estudado, a ferramenta possa ser aplicada, porque já temos uma base de dados muito forte e abrangente onde o perfil dessa comunidade vai encaixar. No fundo, estamos a criar perfis de micro-organismos e de ecossistemas", refere Catita. "A ideia é que esta ferramenta esteja validada e a funcionar, no final do projeto, em diferentes situações", reforça Sara Antunes.

O projeto, que decorre até 2023, pretende contribuir para a harmonização das estratégias de gestão e prevenção do risco para a preservação da biodiversidade nas zonas costeiras e de águas de transição na área de cooperação *Sudoe* (costa mediterrânica e atlântica: França, Espanha e Portugal).

Em Portugal, a equipa quer apresentar a ideia a entidades como a Agência Portuguesa do Ambiente ou o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e também perceber o seu *feedback* e contributos relativamente a esta ferramenta. "O objetivo desta ferramenta é no fundo ter uma perspetiva mais completa e global dos ecossistemas para auxiliar as entidades decisoras a tomar decisões, sejam de correção, de prevenção ou de modificação, para manter os ecossistemas saudáveis", sintetiza José Catita.

rui.frias@dn.pt

ONU pede investigação a Ximenes Belo

A ONU e grupos de defesa de sobreviventes de abuso sexual do clero pediram ao Papa Francisco uma investigação para determinar quem teria conhecimento de casos de abuso sexual que possam envolver o ex-bispo de Díli, Ximenes Belo.

Anne Barrett-Doyle, da plataforma *online Bishop Accountability* (Responsabilização dos Bispos), citada pela Associated Press (AP), pediu que o Papa Francisco ordene uma "investigação completa e abrangente do caso Belo, incluindo funcionários da igreja passados e presentes, de todos os níveis e dicastérios [departamentos do governo da Igreja que compõem a Cúria Romana] e de todas as regiões relevantes, de Timor a Portugal e de Roma a Moçambique".

O objetivo passa por determinar quem teria tido informações sobre casos de abuso sexual que possam envolver Ximenes Belo e quando teriam sido informados. Barrett-Doyle afirmou que os superiores salesianos de Ximenes Belo, bem como os funcionários do Vaticano, incluindo o Papa João Paulo II (que morreu em 2005), estariam envolvidos no afastamento do bispo da diocese de Díli, em 2002, e nas transferências subsequentes. "As afirmações do Vaticano de que soube das alegações apenas nos últimos anos não passam no teste. É totalmente implausível", disse Barrett-Doyle, citada pela AP.

Também o porta-voz das Nações Unidas (ONU), Stephane Dujarric, apoiou uma investigação completa. "As alegações são realmente chocantes e precisam de ser totalmente investigadas", disse Dujarric à AP. Na semana passada, o departamento do Vaticano que trata de casos de abuso disse que tinha sancionado secretamente Ximenes Belo (atualmente em Portugal), em 2020, proibindo-o de ter contacto com menores ou com Timor-Leste, com base em alegações de má conduta que chegaram a Roma em 2019.

DN/LUSA

Zero é "frontalmente" contra voos noturnos sem limites no aeroporto de Lisboa

RUÍDO Associação ambientalista sustenta que decisão do governo, a aplicar entre 18 de outubro e 28 de novembro, é "ilegítima" e "inconstitucional".

TEXTO **SUSETE FRANCISCO**

A associação ambientalista Zero dá parecer negativo à intenção do governo de suspender os limites aos voos noturnos no aeroporto Humberto Delgado, de 18 de outubro a 28 de novembro próximos. A Zero "opõe-se frontalmente" a esta medida, considerando "ilegítimo que, em nome da atualização de um sistema de controlo de tráfego aéreo, os cidadãos de Lisboa e Loures sejam chamados a ser sacrificados com níveis de ruído noturno intoleráveis". Isto quando existe já uma "reiterada e flagrante violação" às restrições aos voos noturnos (das 00.00 horas às seis da manhã), argumenta a Zero, falando em "excedências de mais de 50% no número de voos permitidos".

A posição "veementemente negativa" surge no âmbito da consulta pública ao projeto de portaria do governo que visa suspender os limites aos voos noturnos, um processo de audição que encerra amanhã – o que também é alvo de críticas dos ambientalistas, que apontam ao curto período de consulta e a um processo desenhado "para propiciar uma fraca participação".

Lembrando que em julho de 2019 a própria associação fez "medições de ruído no Campo Grande que revelaram valores muito acima das recomendações da Organização Mundial de Saúde e dos limites definidos no Regulamento Geral do Ruído" – situação que melhorou com a pandemia, mas que este ano já regressou aos valores de 2019 –, a Zero diz que a medida que o Executivo se prepara para tomar só vai piorar a situação. "Um inconstitucional atentado ao descanso dos cidadãos" que, na perspetiva da associação, é também um passo para uma "expansão encapotada do aeroporto" Humberto Delgado e um "aumento do número de voos".

susete.francisco@dn.pt

O fim do mundo de 1910 combateu-se com máscaras de gás e guarda-chuvas

CIÊNCIA *VINTAGE* 1910, o cometa Halley ensaia nova aproximação à Terra. Em França, o astrónomo Camille Flammarion dá o alerta: os gases da cauda do cometa podem extinguir toda a vida no nosso planeta. A imprensa faz eco da notícia e o pânico assalta a Europa e América. Portugal não foi exceção, com direito ao *Cometa da República*.

TEXTO **JORGE ANDRADE**

Camille Flammarion fundou, em 1883, o Observatório Juvisy-sur-Orage.

Cabe aos astrónomos dar o primeiro alerta face à aproximação do cometa à Terra. Com o desenrolar das semanas, instala-se o pânico ante a previsível rota de colisão do corpo celeste com o nosso planeta. Ao aproximar-se o momento do impacto, os humanos sentem alegria, seguida de dor e delírio. Com a perda de azoto, a atmosfera encontra-se inundada de oxigénio puro. O céu explode num cataclismo de fogo à chegada do cometa.

No seu conto de dezembro de 1839, *The Conversation of Eiros and Chasmion* (publicado em 1890 pela primeira vez em Portugal, sob o título *Colloquio entre Eiros e Chasmion*), o escritor Edgar Allan Poe transporta para o seu universo literário o diálogo entre dois mortos. Eiros, sucumbido ao cataclismo, explica a Chasmion, falecido dez anos antes, os porquês do fim do mundo. À catástrofe em que Poe enredou a humanidade no conto publicado pela primeira vez na revista norte-americana *Gentleman's Magazine* não era estranho o espírito da época.

Quatro anos antes, de agosto a novembro de 1835, a aproximação ao planeta Terra do cometa periódico Halley suscitara temores antigos de fim do mundo. Antes, em 1831, William Miller, pregador e também oficial no Exército norte-americano, previra o fim do mundo a 22 de outubro de 1844. O mesmo Miller profetizara o ano de 1840 como a data para a dissolução do Império Otomano, que sobreviveria até 1922, assim como o Mundo resistiu ao fim bíblico anunciado para o mês de outubro de 1844. O erro de cálculo de Miller ficaria conhecido como o *Dia do Grande Desapontamento*.

Em 1894, uma outra história sobre o fim dos tempos nasceu da veia criativa de um francês, astrónomo, psíquico e divulgador científico. Camille Flammarion, autor prolífero, entregou aos escaparates a novela de ficção científica *La Fin du Monde* (*O Fim do Mundo*), ao situar o enredo no século XXV. Nesse futuro distante, um cometa impregnado de dióxido de carbono chocaria com a Terra, pretexto para Camille Flammarion abordar questões filosóficas e políticas.

Se no final do século XIX, a ficção futurista de Flammarion não extravasou o campo da ficção, já as suas declarações de 1910 arrastariam o planeta para meses de pânico e angústia. Na época, Camille construíra uma carreira como astrónomo. Nascido em 1842, ingressara aos 16 anos no Observatório de Paris. Nas décadas seguintes, fez-se autor de livros de grande popularidade sobre astronomia de que é exemplo a obra de 1862, *La Pluralité des Mondes Habités* (*A Pluralidade dos Mundos Habitados*). O título, com dezenas de edições, faz um estudo comparado dos planetas, com considerações sobre a habitabilidade da Terra e a possibilidade de vida inteligente noutros mundos.

Camille seguia a linha do astrónomo italiano Giovanni Schiaparelli, que popularizou a imagem de canais a sulcar a superfície do planeta Marte. Para Flammarion, os canais artificiais eram a prova antiga da existência de uma civilização inteligente que procurara sobreviver num mundo moribundo. O próprio Camille Flammarion vogava entre vários mundos, um deles o dos fenómenos paranormais, nomeadamente a telepatia e as manifestações mediúnicas. Uma foto de 1898, revela o encontro do astrónomo francês e da médium italiana Eusapia Palladino. Na imagem, captada na sala de estar de Flammarion, uma mesa levita sob as mãos dos presentes. Eusapia mereceria a atenção de científicas, como o psiquiatra e cirurgião italiano Cesare Lombroso, do físico francês e Nobel da Física, Pierre Curie e do filósofo russo Alexandre Aksakof, sem que à transalpina fosse atribuída particular credibilidade.

> Até à data da sua morte, em 1924, Camille Flammarion prosseguiu os estudos em Astronomia, determinado em provar a existência de vida em mundos distantes.

Já a credibilidade de que gozava Flammarion, fundador em 1883 do Observatório Juvisy-sur-Orage, permitia-lhe ser personalidade escutada pela imprensa da época. Após a sua aparição em 1835, o cometa Halley fazia uma nova aproximação à Terra em 1910. A determinação da periodicidade do cometa no seu avistamento a partir do nosso planeta (um ciclo de 75 ou 76 anos), seria estabelecida no século XVII pelo astrónomo inglês Edmond Halley.

No final da primeira década de 1900, Halley abeirava da Terra o seu corpo de gelo com 15 Km de comprimento por 8 Km de largura. Fazia-o a mais de 200 000 Km/h numa aproximação ao nosso planeta num período que duraria de abril a julho. Contudo, não foi o temor do impacto do corpo celeste que enredou a Europa e os Estados Unidos num vórtice ascendente de angústia. A cabeleira do cometa, alongando-se por milhões de Km, deu azo a especulações sobre a sobrevivência da humanidade. Acreditava-se que no momento em que a Terra se aproximasse da cauda do cometa Halley, um dos seus compostos, o gás cianogénio (detetado numa análise espetroscópica), impregnaria a atmosfera de um veneno fatal para toda a vida no planeta.

A teoria defendida por Camille Flammarion ateou as manchetes de jornais nas duas margens do Atlântico. O *New York Times* fez-lhe destaque de primeira página; o *San Francisco Call* noticiava em fevereiro de 1910 que o "*Cometa pode matar toda a vida na Terra, dizem cientistas*". Em França, o jornal *Le Parisien* destacava "*A data fatal*"; em Portugal, o jornal *Novidades* anunciava a 10 de janeiro: "*O fim do mundo? A cauda do cometa de Halley envolverá a Terra…e morreremos, talvez, asfixiados*", como nos dá nota o historiador Joaquim Fernandes no capítulo "*Halley, o Cometa da República*", no seu livro de 2021, *Apocalipses*. Imprensa que na procura de notícias suculentas omitiu das declarações de Camille o termo "possível".

O astrónomo não dava como fatal o contacto. A própria comunidade de astrónomos concordava na baixa probabilidade de a tragédia acontecer. O cianogénio decompor-se-ia na atmosfera superior.

Contudo, instalara-se o pânico e toda uma cadeia de oportunidades comerciais: comprimidos (produzidos a partir de açúcar e quinina) e guarda-chuvas anti-cometa, máscaras de gás, materiais para selar as portas e janelas das casas, o chapéu-cometa.

Na noite de todas as angústias, de 18 para 19 de maio de 1910, igrejas em França e Itália mantiveram as portas abertas para receber crentes. Nas ruas de Paris, a empresa Air Liquide recolhia amostras de ar. Não foram encontrados vestígios de cianogénio. A humanidade sobrevivera à "Falência do cometa", como sublinhava o jornal *Le Petit Parisien* na edição de 20 de maio de 1910. Camille Flammarion assistira à passagem do cometa Halley na companhia de Gustave Eiffel, a partir da torre parisiense, inaugurada em 1889, que recebera o nome do engenheiro francês.

Nos anos seguintes, até à data da sua morte, em 1924, Camille Flammarion prosseguiu os estudos em Astronomia, determinado em provar a existência de vida em mundos distantes. "Gosto de imaginar esses globos errantes [cometas] povoados com astrónomos que ali estão para contemplar a natureza em grande escala, como nós, a contemplar em pequena escala. O seu observatório móvel, vogando de um sol para outro, fá-los passar sucessivamente por todos os pontos de observação (…) conhecem os detalhes e o conjunto", escreveu o francês na obra *A Pluralidade dos Mundos Habitados*.

dnot@dn.pt

O famoso questionário Proust respondido pela programadora e produtora da Shortcutz Guimarães, **Luísa Alvão**

"Felicidade perfeita? Uma sala de cinema só para mim"

A sua virtude preferida?
O idealismo com que olho para o mundo.

A qualidade que mais aprecia num homem?
Capacidade de fazer boas massagens.

A qualidade que mais aprecia numa mulher?
Idem.

O que aprecia mais nos seus amigos?
A paciência com que me aturam.

O seu principal defeito?
Aquele que resulta da fusão entre impulsividade e impaciência.

A sua ocupação preferida?
Estar dentro de uma sala de cinema.

Qual é a sua ideia de «felicidade perfeita»?
Uma sala de cinema só para mim.

Um desgosto?
Não ter uma sala de cinema só para mim.

O que é que gostaria de ser?
Calma.

Em que país gostaria de viver?
Infelizmente, em mais nenhum.

A cor preferida?
Varia com o estado de espírito.

A flor de que gosta?
Girassol.

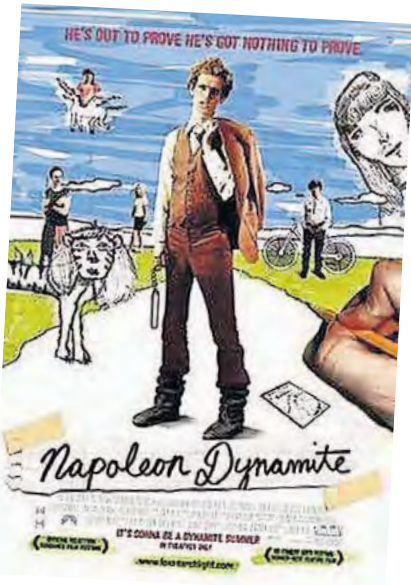
O pássaro que prefere?
Andorinhas.

O autor preferido em prosa?
Simone de Beauvoir.

DR

Poetas preferidos?
Natália Correia.

O seu herói da ficção?
Napoleon Dynamite.

Heroínas favoritas na ficção?
A minha primeira heroína e, até agora, favorita, não só pela coragem, como todos os heróis, mas também porque nos mostra o poder de uma boa história. Sheherazade de *As Mil e uma Noites.*

Os heróis da vida real?
Os meus pais.

As heroínas históricas?
Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa

Os pintores preferidos?
Frida Kahlo.

Compositores preferidos?
Ennio Morricone.

Os seus nomes preferidos?
Inês e Dinis.

O que detesta acima de tudo?
Brócolos.

A personagem histórica que mais despreza?
Josef Mengele.

O feito militar que mais admira?
Não admiro feitos militares.

O dom da natureza que gostaria de ter?
Respirar debaixo de água.

Como gostaria de morrer?
A dormir.

Estado de espírito atual?
Inquieta.

Os erros que lhe inspiram maior indulgência?
Todos, desde que sejam erros honestos.

A sua divisa?
Continuo a tentar descobrir.

Rodrigo Ferreira da Silva
“Tenho a certeza que vai haver um desinvestimento no parque automóvel”

CARROS O presidente da Associação Nacional do Ramo Automóvel (ARAN), e agora também vice-presidente do organismo europeu (CECRA), entende que o setor enfrenta profundas mudanças e considera “fundamental” um novo programa de abate de veículos.

ENTREVISTA **HELENA C. PERALTA**

Que relevância tem, não só para si como para Portugal, estar presente no cerne da distribuição automóvel europeia numa altura de grande incerteza para o setor?
A minha eleição para os órgãos sociais e vice-presidência do CECRA [*European Council for Motor Trade and Repairs*], com a responsabilidade da divisão que representa todos os concessionários automóveis na Europa, é um desafio que não deixa de ser acompanhado de alguma preocupação. Estamos a viver uma altura muito exigente para todos os setores da economia, e muito especialmente para o setor automóvel. O CECRA é um conselho europeu que une várias associações e representa a distribuição, o retalho, os concessionários e os reparadores independentes, ou seja, todas as vertentes deste negócio. Tem uma equipa em Bruxelas que representa os interesses legítimos da atividade junto da Comissão Europeia, funcionando como um *watchdog* do setor.

Quais são as principais preocupações dos vários agentes a nível europeu?
Todos os assuntos que tenham a ver com a conectividade do carro, com a informação que esses carros libertam, a quem pertence essa informação, e também com todo este caminho da nova mobilidade e as suas implicações. Tenho muita motivação para enfrentar este desafio que também tem a ver com os direitos dos consumidores europeus e com relações mais justas do ponto de vista contratual entre as marcas e os concessionários. Temos de ter a balança equilibrada, que pende sempre muito mais para o lado da indústria automóvel. Porém, na Europa há 12 milhões de empregos no setor automóvel e desses apenas três milhões é que estão efetivamente na indústria. Temos, por vezes, a ideia de que a indústria é o grande empregador no setor automóvel, mas não é assim. Claro que, sem indústria, não temos produto para vender, mas há ainda nove milhões de empregos que estão ligados ao comércio, à reparação, à logística.

A indústria automóvel tem, de facto, um *lobby* fortíssimo. O CECRA pretende então conseguir equilibrar este jogo de forças?
Não estamos contra a indústria, mas, neste momento em que se fala em novos modelos de contratos de distribuição, como os modelos de agência, há muita preocupação, sobretudo com os falsos contratos de agentes que estão a ser propostos aos concessionários. Entendemos que é legítimo haver verdadeiros contratos de agência, mas não achamos que seja legítimo apresentar falsos contratos deste tipo. No Fórum Anual do CECRA, que decorreu há uns dias em Barcelona, este foi um assunto consensual entre os cerca de 150 participantes: é legítimo haver diferentes relações comerciais, é legítimo serem propostos diferentes tipos de contrato, mas há que ter boa fé e, para isso, tem de existir um *goodwill* para os operadores que trabalham as marcas há dezenas de anos, e que não podem cair numa incerteza contratual, em que não lhes é dado nenhum tipo de estabilidade para negócio. O verdadeiro modelo de agência passa o risco, quase na totalidade, para os fabricantes, e o agente, para o contrato ser legítimo, não pode ter nenhum tipo de investimento. Ou seja, é somente um agente: entrega o carro e recebe um *fee* por esse trabalho. E o que estamos a ver, infelizmente, não é isso.

Esta questão dos novos contratos de distribuição é o tema mais quente a nível europeu?
Esta é uma das nossas principais preocupações, sim, até porque também põe em causa os direitos dos consumidores. O modelo de distribuição automóvel tradicional é concorrencial, está sempre a tentar, com muito dinamismo, atrair clientes e quem ganha é o consumidor. Com estes novos formatos, nomeadamente com o modelo de agência legítimo, o produto passa a ter um preço fixo. Com a subida generalizada dos custos de produção, com a falta de matérias-primas e de semicondutores haverá alguma oportunidade para os fabricantes subirem os preços finais ao consumidor. É a lei do mercado a funcionar. Neste caso, contra o bolso dos clientes, mas é a lei do mercado a funcionar.

Mas além deste, há, com certeza, outros grandes desafios que o setor enfrenta...
Claro que sim. Um deles é saber a quem pertence a informação que produzimos enquanto utilizadores do automóvel. É do fabricante, é do condutor, é do proprietário, é da empresa de *leasing* ou *renting*? Por outro lado, também entendemos que deve haver um direito à reparação automóvel. Para isso, o fabricante tem de partilhar informação técnica sobre o seu produto para que possa ser reparado. Entendemos que esta mudança de tecnologia não deve servir para excluir alguns operadores deste negócio. Preocupa-nos também saber qual é o modelo de rentabilidade futura. Nos últimos 100 anos, o modelo de negócio não mudou quase nada. Com o carro elétrico, conectado, os fabricantes estimam que, até 2030 ou 2035, quase metade do lucro previsto terá origem nos serviços de venda direta ao cliente do próprio carro. Porém, entendemos que em tudo o que implique um resultado, a rede de concessionários deve estar envolvida. O carro elétrico não deverá ser uma desculpa para excluir os concessionários da cadeia de valor.

> *“Com o carro elétrico, conectado, os fabricantes estimam que, até 2030 ou 2035, quase metade do lucro previsto terá origem nos serviços de venda direta ao cliente do próprio carro.”*

Que tipo de serviços é que estamos a falar?
Estamos a falar, por exemplo, de serviços como a subscrição de estofos aquecidos, nos países mais frios, como já anunciado pela BMW. Mas também podemos ter um guia instalado que indique ao utilizador qual é o prato do dia, quando este passar à porta de um determinado restaurante. Ou seja, todo o tipo de serviços que possamos imaginar e que possa estar conectado com a nossa viagem ou destino. A Tesla, por exemplo, foi pioneira na oferta deste tipo de serviços, ao disponibilizar o seguro automóvel em tempo real, sem ter de passar pela companhia ou mediador de seguros. Nos Estados Unidos, esta marca é já um dos maiores operadores de seguros automóveis do país. O que acontecerá no futuro é que, havendo autorização do condutor, o automóvel vai comunicar à companhia de seguros como este se conduz, se se aproxima muito do carro da frente, se ultrapassa limites de velocidades, e isso vai contribuir para o cálculo do prémio a pagar. Outro exemplo de serviços é poder comprar mais capacidade para as baterias, ter novas soluções de mobilidade *on demand*, ou a subscrição de veículos. Mas isto, para os operadores do retalho que têm muita experiência e muito dinheiro investido neste negócio, induz numa grande incerteza, pois não sabem bem como adaptar o seu negócio para terem a rentabilidade necessária à sua sobrevivência.

Falando especificamente do mercado nacional, já foram encontradas algumas soluções? Por exemplo, já se sentem mexidas nos concessionários, no sentido de se adaptarem aos novos desafios?
No sentido da relação fabricante e marca, está tudo ainda numa primeira fase. Ou seja, há novos contratos e novos modelos em cima da mesa das negociações e ainda estão a ser discutidos pormenores, mas ninguém tem ainda os modelos totalmente definidos. Já existem minutas de contratos, mas nada ainda fechado. Há marcas que já anunciaram que a partir de janeiro avançam em modelo de agência. O grupo Stellantis anunciou já que quer seguir este modelo na Europa, a BMW também já

"O carro usado volta à fábrica, é feito um recondicionamento, com atualização de uma série de equipamento, e o carro é vendido como um usado recondicionado. Um pouco como já acontece nos telemóveis e nos portáteis."

anunciou. Grande parte das marcas que querem avançar para modelo de agente já têm os *drafts* dos contratos que pretendem aplicar e estão já a negociar.

Estamos numa situação de inflação a subir, taxas de juro a subir, preços dos automóveis a subir. Como tudo isto prejudica o setor?

Vamos ter um impacto grande ao nível da idade média do parque automóvel, que está perto dos 14 anos, mas vai aumentar. Muitas pessoas que gostariam de adquirir um carro novo, não vão conseguir fazê-lo. A nível europeu, já se vê muitas famílias a vender o segundo carro, ou porque com o teletrabalho deixou de fazer falta ou porque é uma maneira de combater o aumento do custo de vida. Em Portugal, não vai ser diferente. Tenho a certeza que vai haver um desinvestimento no parque automóvel, e a ARAN, tal como as outras associações do setor, entende ser fundamental ser criado um novo programa de abate de veículos, para retirar os carros mais velhos e mais poluentes de circulação. Já existiu, funcionou bem na altura, e entendemos que deveria ser reativado. Não vamos conseguir fazer uma transição a 100% para nenhum tipo de tecnologia futura, seja elétrico, seja hidrogénio. Deveria haver um *mix* de energias que permitisse baixar as emissões de CO_2, de uma forma eficaz e justa para todos. Hoje sabemos que o automóvel elétrico cria injustiças na Europa. A maior quota de mercado dos elétricos, com 40%, é na Suécia, onde o PIB *per capita* é cima dos 50 mil euros. A menor é na Bulgária, com 1,9%, país com um PIB per capita de 9 mil euros. Portanto, o que estamos a criar com a aposta no elétrico é a desigualdade entre mercados. Aliás, é muito melhor um motor a gasolina novo do que manter carros com 14 e 15 anos – um em cada cinco tem mais de 20 anos – no mercado nacional.

"Em países com fortes investimentos fiscais para promover o carro elétrico, à medida que os vão retirando, a venda também vai caindo. Não podemos correr o risco de entrar numa certa ditadura do elétrico e deixar muitas pessoas sem acesso a esta tecnologia."

Que novas soluções podem ser encontradas para combater esta situação do envelhecimento do parque automóvel?

Há projetos muito interessantes, como o da Renault, para fazer o *refitting* dos carros. Ou seja, o carro usado volta à fábrica, é feito um recondicionamento, com atualização de uma série de equipamento e o carro é vendido como um carro usado recondicionado. Um pouco como já acontece nos telemóveis e nos portáteis, a pensar na circularidade. A Renault já faz isto na fábrica de Sevilha e é uma opção muito interessante para o mercado.

Na sua visão, os elétricos são mesmo a melhor solução tecnológica definitiva para o futuro da mobilidade? Há argumentos fortes para os dois lados...

Neste tema dos elétricos, sou politicamente incorreto. O carro elétrico hoje, no ponto de vista ecológico, tem ainda muito pouco de verde. Começa logo no momento da exploração das matérias-primas necessárias, como o níquel, o cobalto, o lítio, pois são exploradas com grandes máquinas de mineração que não são elétricas. Temos também a questão das baterias dos carros elétricos, que sabemos que vão evoluir muito e serão mais amigas do ambiente, mas as que existem hoje são muito pesadas, tornam os veículos pesados e gastam assim mais pneus, havendo maior desgaste nas estradas. Já na sua utilização, se carregarmos um carro elétrico com energia produzida de fontes renováveis, aí sim, o benefício para o ambiente é grande. Se a energia for oriunda de uma central a carvão, então, de verde não tem nada. O próprio hidrogénio para ser produzido depende muito do tipo de energia utilizada na sua produção. Num país como a Polónia, por exemplo, onde grande parte da energia é produzida a carvão, a vantagem de conduzir um elétrico não é nenhuma em termos ambientais.

Mas, ainda assim, há fortes incentivos ao crescimento deste mercado....

O crescimento que temos hoje na venda de elétrico passa muito pela via fiscal: há um benefício na compra, pela dedução de IVA, com isenção das tributações autónomas. O que vemos é que nos países com fortes investimentos fiscais para promover o carro elétrico, à medida que os vão retirando, a venda também vai caindo. Há hoje estudos em países como o de Inglaterra, onde o mercado da energia elétrica é muito competitivo, que apontam que, daqui a um mês, andar num carro elétrico ou num a gasolina tem exatamente o mesmo custo, tendo em conta a subida do preço da eletricidade. Portanto, o carro elétrico tem um peso importante no setor, sim, até porque a tecnologia que vai ser usada vai ser cada vez mais ecológica, mas acredito que o hidrogénio também vai ter a sua importância. Defendo que o futuro está em conseguir um *mix* das várias tecnologias, sendo que o elétrico vai fazer parte dele. Quanto mais rica for a panóplia de soluções mais confortáveis estaremos com as transições, menos ruturas haverá e menos pessoas ficarão para trás. Não podemos correr o risco de entrar numa certa ditadura do elétrico e assim deixar muitas pessoas sem acesso a esta tecnologia. Infelizmente não há transição energética *low cost*, mas temos de arranjar soluções para mitigar os custos. Temos um nível de desigualdade no mundo igual à que tínhamos no século XIX, e isto é chocante. Não podemos deixar que esta transição venha aumentar essas desigualdades.

dinheirovivo@dinheirovivo.pt

JOANA MOSCOSO E RAFAEL GALUPA

DIRETORA E COFUNDADORA DA NATIVE SCIENTIST
E CODIRETOR E COFUNDADOR DA CARTAS COM CIÊNCIA

O EMPREENDEDORISMO SOCIAL NA COMUNICAÇÃO DE CIÊNCIA

Nas últimas semanas, mais de 500 desenhos e frases de estudantes (dos 6 aos 14 anos) que receberam o desafio de desenhar um/a cientista e de escrever o que fariam se fossem cientistas foram analisadas por três membros da Native Scientist, uma organização pan-europeia e sem fins lucrativos focada em promover a literacia científica e reduzir desigualdades.

As boas notícias são que, em primeiro lugar, as crianças continuam a ser uma fonte de inspiração – nas frases descreveram a vontade de viajar no tempo, curar todas as doenças do mundo ou acabar com a poluição.

Em segundo lugar, os desenhos deixam de mostrar um predomínio de representações de cientistas homens ou de cientistas de cabelos brancos no ar. Isto quer dizer que o trabalho que temos feito, enquanto cientistas e comunidade de comunicadores de ciência, tem funcionado. Contudo, está longe de estar terminado: uma grande proporção dos desenhos representa cientistas a solo, de pele branca, com bata, num laboratório. É preciso continuar a fazer caminho: a ciência não é só feita por pessoas brancas, a trabalharem isoladamente, numa área do saber que exige acesso a um laboratório. A ciência acontece em muitos contextos (em todos, na verdade) e não só é feita por uma diversidade de pessoas com diferentes características e identidades, como precisa dessa diversidade.

> “O OBJETIVO FINAL? QUE MAIS CRIANÇAS E JOVENS SE REVEJAM NA CIÊNCIA E SINTAM QUE, SE QUISEREM, TAMBÉM PODEM SER CIENTISTAS.”

Através das organizações sem fins lucrativos que cofundamos - a Native Scientist, fundada pela Joana e pela Tatiana Correia, e a Cartas com Ciência, fundada pelo Rafael e pela Mariana Alves - contribuímos para promover a ciência e a diversidade na ciência atendendo à justiça social. O objetivo final? Que mais crianças e jovens se revejam na ciência e sintam que, se quiserem, também podem ser cientistas. Para alcançar esse objetivo, implementamos os nossos próprios programas educativos e de divulgação de ciência criando pontes entre cientistas e crianças de contextos menos privilegiados através de oficinas de ciências interativas ou de correspondências por carta e videochamadas. Direcionamos a nossa atividade especificamente a comunidades com uma maior probabilidade de insucesso escolar e/ou de ingressar no ensino superior, tais como comunidades rurais, migrantes e de baixo estatuto socioeconómico (que muitas vezes se cruzam). Paralelamente, capacitamos cientistas para comunicar ciência e alavancamos outras ideias e projetos com valores semelhantes, contribuindo para uma mudança no setor mais global e sistémica.

A chegada do empreendedorismo social à comunicação de ciência veio alargar não só os horizontes geográficos e demográficos de participação, com programas concebidos para alcançar especificamente comunidades desservidas, mas também a longitude, natureza e eficácia das ações, com programas que perspetivam a longo prazo, inovam na sua abordagem com o público-alvo, e recorrem a métodos científicos de avaliação de impacto. Porém, os desafios permanecem ao nível do financiamento, sustentabilidade e perceção da ciência como parte integrante da cultura da nossa sociedade, não só por membros da sociedade que trabalham em áreas não científicas mas em particular por entidades governativas e de financiamento. No aguardo de mais mecanismos de incentivo, iniciativas como as nossas continuarão a desbravar caminho. O nosso mote será sempre o de permitir que cada criança e jovem consiga atingir o seu potencial independentemente das discriminações e dificuldades associadas aos seus contextos e às suas identidades.

Carlos Moedas esteve no Porto de Lisboa para a chegada da tuneladora H2OLi.

CÂMARA DE LISBOA

Construção dos túneis do Plano de Drenagem de Lisboa arranca hoje

PROJETO Esta será a maior obra municipal na cidade e tem um custo de 250 milhões de euros. Os dois túneis devem estar prontos no início de 2025. Moedas fala num "legado" do seu Executivo.

TEXTO **ANA MEIRELES**

A Câmara de Lisboa assinala hoje o início formal da construção dos dois túneis do Plano Geral de Drenagem de Lisboa, cujo custo total será de 250 milhões de euros, dos quais 133 milhões são apenas para os túneis. Esta é já considerada a maior obra municipal de sempre na cidade e tem como objetivo "controlar as águas pluviais" e dessa forma "reduzir os riscos de cheias e inundações" em Lisboa, "mitigando os previsíveis efeitos das alterações climáticas, ao mesmo tempo que permitirá a reutilização das águas pluviais para rega de espaços verdes, reforço das redes de incêndio e lavagem de ruas", explicou a autarquia. A construção dos túneis deverá estar concluída no primeiro trimestre de 2025.

Para Carlos Moedas esta "obra invisível" será "um legado" que o seu executivo deixará a Lisboa, pois será a maior obra do mandato, tendo obrigado a autarquia a recorrer ao Banco Europeu de Investimento (BEI) que empresta cerca 50% dos 250 milhões que a câmara vai gastar neste projeto.

Até ao momento, no âmbito do Plano de Drenagem de Lisboa, já foram construídas as bacias de retenção da Ameixoeira (2018), Alto da Ajuda (2019) e Parque Eduardo VII (2021), bem como o microtúnel e cinco descarregadores no Parque das Nações e na Avenida Infante D. Henrique (2020). Foi também feito um levantamento do cadastro da rede de saneamento. No total, nestas empreitadas foram investidos 8,4 milhões de euros.

O passo seguinte, que agora começa, é a construção dos dois túneis: o primeiro irá ligar Monsanto a Santa Apolónia, com cerca de cinco quilómetros de extensão, enquanto que o segundo terá cerca de um quilómetro e ligará Chelas ao Beato. Os túneis terão 5,5 metros de diâmetro e desenvolvem-se a uma profundidade média de 30 a 40 metros. "Estes túneis irão captar a água recolhida nos dois pontos altos (Monsanto e Chelas), bem como em pontos adicionais de captação, ao longo do seu percurso, nomeadamente na Avenida da Liberdade, Santa Marta e Avenida Almirante Reis, conduzido todo esse volume de água ao rio (Santa Apolónia e Beato)", pode ler-se no Plano Geral de Drenagem de Lisboa 2016-2030.

> O objetivo do Plano Geral de Drenagem de Lisboa é controlar as águas pluviais e reduzir os riscos de cheias e inundações, mas também reutilizar as águas pluviais na rega de espaços verdes, reforço de redes de incêndio e lavagem de ruas.

As obras vão começar de imediato em Campolide (até abril de 2025), entre outubro e novembro em Santa Apolónia (até março de 2025) e no Beato (até abril de 2025). Até dezembro arrancam na Avenida Almirante Reis/Rua Antero de Quental (setembro de 2024) e Chelas (abril de 2025), já em fevereiro de 2023 será na Avenida da Liberdade (até agosto de 2024) e Rua de Santa Marta/Rua Barata Salgueiro (até agosto de 2024).

A construção dos dois túneis será feita com uma tuneladora com 130 metros, a H2OLi, que chegou a Lisboa no dia 12 de setembro depois de uma viagem de dois meses e meio de barco desde a China.

"Dada a complexidade, extensão e natureza da obra, foram garantidas as condições possíveis em termos de condicionamentos, mantendo circuitos pedonais, acessibilidades, mobilidade suave, assim como foram atenuados os impactos no trânsito da cidade, em particular garantindo condições de operação aos transportes públicos (em estreita ligação com a Carris), corredores de emergência e de socorro (em estreita articulação com a Polícia Municipal)", assegurou recentemente a autarquia lisboeta.

Relativamente aos moradores, a câmara tentou reduzir "ao mínimo possível" a retirada de lugares de estacionamento. Quanto aos comerciantes das zonas afetadas, estão a ser estudados mecanismos de compensação que poderão passar pela "isenção de taxas de ocupação de via pública, isenções de outras taxas municipais e mecanismos indemnizatórios por comprovada perda de receitas diretamente associada à presença do estaleiro".

ana.meireles@dn.pt

250

milhões é o valor do investimento no Plano Geral de Drenagem de Lisboa, sendo que metade vem de um empréstimo do BEI. Os dois túneis terão um custo de que ronda os 133 milhões de euros.

2

túneis. Um deles vai ligar Monsanto a Santa Apolónia (cerca de cinco quilómetros de extensão). O outro terá cerca de um quilómetro e ligará Chelas ao Beato. Deverão estar prontos em 2025.

7

estaleiros vão suportar a obra dos túneis de drenagem, situados em Campolide, Avenida da Liberdade, Rua de Santa Marta, Avenida Almirante Reis, Santa Apolónia, Chelas e Beato.

19 000

aduelas, cada uma com quatro toneladas, e 3300 anéis vão ser colocadas pela tuneladora H2OLi, que veio da China, e tem 130 metros de comprimento e e uma cabeça de corte de 70 toneladas.

avisos, tribunais e conservatórias

NOVA SCHOOL OF BUSINESS & ECONOMICS

Publicita-se a abertura de procedimento de recrutamento de pessoal para a NOVASchool of Business and Economics, aos quais podem candidatar-se indivíduos que reúnam as condições fixadas nos avisos disponíveis no seguinte endereço:

https://www2.novasbe.un.pt/pt/sobre-nos/junte-se-a-nova-sbe

» **Referência NOVASBE.CT.349.2022** – 1 Técnico Superior para exercer funções na área de Recursos e Administração na NOVA SBE, em regime de contrato individual de trabalho a Termo Certo.

» **Referência NOVASBE.CT.350.2022** – 1 Assistente Técnico para exercer funções na área de Recursos e Administração na NOVA SBE, em regime de contrato individual de trabalho a Termo Certo.

» **Referência NOVASBE.CT.351.2022** – 1 Assistente Técnico para exercer funções na área de Pré-Experiência na NOVA SBE, em regime de contrato individual de trabalho a Termo Certo.

» **Referência NOVASBE.CT.352.2022** – 1 Técnico Superior para exercer funções na área de Relação com a Comunidade e Impacto Sustentável na NOVA SBE, em regime de contrato individual de trabalho a Termo Certo.

» **Referência NOVASBE.CT.353.2022** – 1 Assistente Técnico para exercer funções na área de Tecnologias de Informação/Transformação Digital na NOVA SBE, em regime de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado.

» **Referência NOVASBE.CT.354.2022** – 1 Coordenador Técnico para exercer funções no Centro de Conhecimento de Economia para a Educação na NOVA SBE, em regime de contrato individual de trabalho a Termo Certo.

O prazo-limite para submissão das candidaturas é de 6 dias úteis a contar da data da publicação do presente anúncio.

Aviso (Extrato)

IPOPORTO

Torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração de 27.09.2022, se encontra aberto, pelo prazo de 5 dias úteis, a contar da data de publicação do presente extrato, o processo de seleção conducente à contratação de 1 Técnico Superior para o exercício de funções de farmacêutico para o setor de Ensaios Clínicos e Investigação dos Serviços Farmacêuticos. Os requisitos gerais e o perfil de competências exigido, os métodos e critérios de seleção e outras informações de interesse para apresentação das candidaturas e para o desenvolvimento do procedimento concursal constam da publicitação integral do aviso de abertura, inserto na página eletrónica do IPO-Porto, EPE, in www.ipoporto.pt
Porto, 03.10.2022

EDITAL

CAC / 939

Faço saber que DILIGENTICRUCIAL, Lda. pretende obter licença para uma Instalação de Armazenagem de Combustíveis destinada a Enchimento de taras e veículos cisterna, sita na Zona Industrial de Vila Nova de Cerveira (Lugar de Fulão) – Lote 22, freguesia de Campos, concelho de Vila Nova de Cerveira e distrito de Viana do Castelo.

A referida instalação encontra-se abrangida pelas disposições do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, na atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro, que estabelece os procedimentos de licenciamento das instalações de armazenamento de produtos derivados do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis e pelos respetivos regulamentos de segurança. Em conformidade com a disposição no n.º 9 da Portaria n.º 1188/2003, de 10 de outubro, alterada pela Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro, são convidadas as entidades singulares ou coletivas a apresentar por escrito, na Área Norte desta Direção-Geral, sita na Rua Manuel Pacheco de Miranda, 29 G, 4200-804 Porto, no prazo de 20 dias contados da data de publicação deste edital, as suas reclamações contra a concessão da licença requerida pela entidade acima indicada, com a seguinte constituição:

Produto	Instalação	Capacidade (litros)	Produto	Instalação	Capacidade (litros)
Gasóleo Rodoviário	Enterrado	100 000	Gasóleo Rodoviário	Enterrado	100 000
Gasóleo Rodoviário	Enterrado	100 000	Gasóleo Rodoviário	Enterrado	100 000
Gasóleo Rodoviário	Enterrado	100 000	Gasóleo Rodoviário	Enterrado	100 000
Gasóleo Rodoviário	Enterrado	100.000	Gasóleo Rodoviário	Enterrado	100 000
Gasóleo Rodoviário	Enterrado	100 000	Gasolina Euro Super (I.O.95)	Enterrado	90 000

num total de 990 000 litros

12/09/2022

Carlos Oliveira
Diretor de Serviços de Combustíveis
Por subdelegação de poderes conforme Despacho n.º 9256/2019, publicado no DR n.º 197 - II Série, de 14.10.2019

TRIBUNAL DA CONCORRÊNCIA, REGULAÇÃO E SUPERVISÃO

Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão - Juiz 3

Pç. do Município, Edif. Ex-Escola Prática de Cavalaria – 2005-345 Santarém
Telef: 243090300 Fax: 243090329 Mail: tribunal.c.supervisao@tribunais.org.pt

Referência: 373394 *Ação de Processo Comum 3/22.4YQSTR*

Data: 30-09-2022

ANÚNCIO

A Mma. Juiz de Direito, Dra. Joana Manuel Mateus Araújo, do Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão – Juiz 3 – Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão:

Faz saber que correm termos neste Tribunal a Ação de Processo Comum, registada com o número 3/22.4YQSTR, em que é **Autora a Associação IUS OMNIBUS e Rés Apple Inc. e Apple Distribution Internacional Limited.**

Por via deste anúncio, e nos termos e para os efeitos do artigo 15.º da Lei n.º 83/95, são citados **todos os consumidores não falecidos, residentes em Portugal, que, desde 10 de julho de 2008 até ao presente, descarregaram (gratuita ou onerosamente) aplicações iOS na Apple App Store portuguesa e/ou que adquiriram conteúdos de aplicações iOS através do mecanismo de pagamentos *in-app* da Apple (ou seja, cuja Apple ID do(s) seu(s) dispositivo(s) (iPhone, iPad e/ou iPod Touch indica como região "Portugal"; e que tenham indicado no historial da sua conta Apple pelo menos um descarregamento de aplicações iOS e/ou uma compra de conteúdos de aplicações iOS)**, que ainda não sejam intervenientes na presente ação, para o efeito de, no **prazo de 20 dias, decorrida que seja a dilação de 30 dias**, passarem a intervir no processo a título principal, querendo, aceitando-o na fase em que se encontrar, e para declararem nos autos se aceitam ou não ser representados pela autora ou se, pelo contrário, se excluem dessa representação, nomeadamente para o efeito de lhes não serem aplicáveis as decisões proferidas, sob pena de a sua passividade valer como aceitação, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do mesmo artigo 15.º da Lei n.º 83/95, de 31 de agosto.

O prazo indicado é contínuo suspendendo-se, no entanto, nas férias judiciais.

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Ficam advertidos de que é obrigatória a constituição de mandatário judicial.

* *

Identificação da causa de pedir: responsabilidade civil extracontratual fundada na violação de normas jusconcorrenciais.

Identificação do pedido constante da petição inicial apresentada pela Autora:

Ser declarado que, desde 10 de julho de 2008, as Rés violaram, com uma prática única e continuada ou, subsidiariamente, com múltiplas práticas, e que ainda persiste(m) os artigos 101.º e 102.º do TFUE e, sucessivamente, os artigos 9.º e 11.º da LdC e os artigos 4.º(1) e 6.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, ao adotarem práticas e termos contratuais que:

impõem a Apple App Store como distribuidor e meio de pagamento exclusivo de aplicações iOS e conteúdos *in-app* iOS e excluem a possibilidade de concorrência na prestação destes serviços por *app developers* e terceiros;

impossibilitam ou dificultam grandemente o descarregamento e instalação nos equipamentos iOS de aplicações iOS de outra fonte que não a Apple App Store;

impõem um preço mínimo para a oferta onerosa de aplicações iOS e obrigam à estipulação de preços dentro de um leque de níveis predeterminados pela Apple; e

impõe aos *app developers* comissões excessivas, de montante injustificado, pela venda de aplicações iOS e conteúdos *in-app* iOS através da Apple App Store;

Serem as Rés condenadas a pôr termo às práticas anticoncorrenciais em causa;

Ser declarado que estas práticas das Rés causaram danos aos interesses difusos ou coletivos de proteção do consumo de bens e serviços e da concorrência e aos interesses individuais homogéneos dos consumidores representados, sendo as Rés condenadas a reconhecê-lo;

Subsidiariamente à alínea c), ser declarado que as práticas das Rés provocaram o seu enriquecimento, à custa do empobrecimento do conjunto dos consumidores representados, sendo as Rés condenadas a reconhecê-lo;

Seja com fundamento na responsabilidade civil, ou, subsidiariamente, pela restituição do indevido, serem as Rés condenadas, solidariamente, a indemnizar integralmente todos os consumidores representados na presente ação pelos danos que lhes foram causados pelas práticas anticoncorrenciais em causa, no que respeita ao sobrepreço causado pelas práticas ilícitas que foi passado pelos *app developers* aos consumidores representados e cobrado diretamente pela Apple, em montante global que na presente data a Autora não consegue liquidar, por, nos termos do disposto no artigo 556.º(1)(b) e (c) do CPC, não lhe ser possível determinar de modo definitivo as consequências da prática ilícita das Rés, que ainda persiste, e por tal determinação depender parcialmente de ato a praticar pelas Rés. Não sendo possível fazer, total ou parcialmente, a liquidação do pedido até ao início da discussão da causa, pelas referidas razões, o Douto Tribunal deverá condenar as Rés no que vier a ser liquidado, nos termos do artigo 609.º(2) do CPC, atualizado à taxa de inflação desde o momento do dano até à notificação da presente ação às Rés (correção monetária), acrescido de juros de mora civis a partir de então, e com método para determinação e distribuição de indemnizações individuais determinado pelo tribunal.

Alternativamente à alínea e), seja com fundamento na responsabilidade civil, ou, subsidiariamente, pela restituição do indevido, caso se obtenham na instrução dos presentes autos dados que permitam a quantificação imediata do montante global dos danos, serem as Rés condenadas, solidariamente, a indemnizar integralmente todos os consumidores representados na presente ação pelos danos que lhes foram causados por estas práticas ilícitas, no que respeita ao sobrepreço causado pelas práticas ilícitas que foi passado pelos *app developers* aos consumidores representados e cobrado diretamente pela Apple, em montante global a fixar: por cálculo aritmético; ou, não sendo possível, por equidade, nos termos do artigo 566.º(3) do CC, nos termos seguintes:

7,5% (metade de 15%) do valor das vendas por *app developers* aos consumidores representados de aplicações iOS e de conteúdos *in-app* iOS através da Apple App Store portuguesa, desde 10 de julho de 2008 até 1 de janeiro de 2021;

7,5% (metade de 15%) do valor das vendas por *app developers* que não sejam pequenos (volume de faturação superior a 1 milhão USD no ano anterior) aos consumidores representados de aplicações iOS e de conteúdos *in-app* iOS através da Apple App Store portuguesa, desde 1 de janeiro de 2021 até à data de trânsito em julgado da sentença no presente processo;

sendo os montantes, calculados anualmente, atualizados à taxa de inflação desde o momento do dano até à notificação da presente ação às Rés (correção monetária), acrescidos de juros de mora civis a partir de então, e com método para determinação e distribuição de indemnizações individuais determinado pelo tribunal;

No caso das alíneas e) ou f), ser a condenação das Rés no pagamento de indemnização líquida concretizada na obrigação:

do pagamento da indemnização individual devida aos consumidores lesados que intervenham e assim sejam individualmente identificados no âmbito da presente ação, pelos montantes que sejam determinados no âmbito da presente ação, atualizados à taxa de inflação desde o momento do dano até à notificação da presente ação à Ré (correção monetária), acrescidos de juros de mora civis a partir de então;

do pagamento a entidade designada pelo tribunal do montante global de indemnização, subtraindo-se os valores referidos em (i), que seja determinado pelo tribunal, atualizado à taxa de inflação desde o momento do dano até à notificação da presente ação às Rés (correção monetária), acrescido de juros de mora civis a partir de então, montante global esse a ser distribuído pelos consumidores lesados representados nos termos definidos pelo Tribunal;

Ser declarado que a Autora tem legitimidade para proceder à cobrança das quantias a que as Rés forem condenadas, em representação dos consumidores representados, incluindo legitimidade para requerer a liquidação judicial das quantias e a execução judicial de sentença, e demais atos necessários à cobrança efetiva das referidas quantias, devendo as Rés procederem ao pagamento da indemnização global a favor dos consumidores representados diretamente à entidade designada pelo Tribunal para proceder à administração da mesma, sem prejuízo da legitimidade da Autora para exigir e executar a cobrança, mesmo que judicialmente;

Ser nomeada como entidade incumbida da administração da indemnização global (sem prejuízo da necessidade de aceitação do encargo): a Direção-Geral do Consumidor; subsidiariamente, caso não seja nomeada a Direção-Geral do Consumidor, deverá ser nomeada empresa especializada em distribuição de compensações em ações representativas; subsidiariamente, caso não seja nomeada a DGC ou uma empresa especializada em distribuição de compensações em ações populares, deverá ser nomeada a Autora;

Ser declarado que a entidade designada pelo Tribunal para administrar as quantias que as Rés foram condenadas a pagar deverá ser remunerada pelo exercício desta atividade, com uma taxa anual de 1,5% sobre o montante total da indemnização global administrada, ou com outra remuneração que seja determinada pelo Tribunal;

Ser declarado que a entidade designada pelo Tribunal para o efeito deverá proceder à administração das quantias que as Rés foram condenadas a pagar, a título de fiel depositário, competindo-lhe:

criar, gerir e divulgar uma plataforma na qual cada consumidor representado poderá requerer a indemnização a que tem direito;

verificar o direito de cada consumidor representado que requeira a sua indemnização através de comprovativo de aquisições realizadas por si na Apple App Store portuguesa durante o período relevante, a ser entregue pelo/a consumidor/a representado/a no prazo de três anos após o trânsito em julgado da sentença;

proceder à entrega da quantia respetiva, no prazo de três meses após pedido de pagamento;

findo o prazo determinado pelo Tribunal após a publicação do anúncio da sentença transitada em julgado, e cumprido o previsto na alínea (m) do pedido, entregar a quantia restante ao Ministério da Justiça nos termos e para os fins previstos no artigo 19.º(8) da LPE e no artigo 22.º(5) da LAP;

Subsidiariamente aos pedidos das alíneas e) e f), ser apenas declarado que as Rés têm a obrigação solidária de indemnizar os consumidores representados pelos danos causados pelos comportamentos anticoncorrenciais em causa, pelos montantes que sejam determinados em ações judiciais ou por meios alternativos de resolução de litígios subsequentemente promovidos pelos consumidores representados;

Serem as Rés condenadas em custas;

Ser a Autora ressarcida das custas, encargos, honorários e demais despesas que incorreu por força da presente ação, incluindo o custo de financiamento do presente contencioso (a liquidar segundo o AFC), a partir do montante da indemnização global, sem ultrapassar o montante da indemnização global remanescente, nos termos do artigo 19.º(7) da LPE e do artigo 22.º(5) da LAP.

Serem as Rés condenadas a publicarem em 2 (dois) jornais generalistas de âmbito nacional um sumário da decisão judicial transitada em julgado no presente processo, redigido pelo Tribunal, a expensas das Rés e sob pena de desobediência.

(Documento elaborado pelo Escrivão Adjunto Rui Varino)

A Juíza de Direito, (assinatura eletrónica)
Dra. Joana Manuel Mateus Araújo

Nove países ex-comunistas apoiam adesão da Ucrânia à NATO

GUERRA Na ressaca do anúncio de anexação de Putin, presidentes da antiga Cortina de Ferro pedem mais apoio militar a Kiev. Papa rogou ao líder russo para deter "espiral de violência".

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

Os presidentes de nove países da Europa central e de leste demonstraram o seu apoio à Ucrânia, ao defenderem a sua adesão à Aliança Atlântica, ao instarem os restantes aliados a "aumentar substancialmente a ajuda militar" ao país invadido e ao rejeitarem a tentativa russa de anexar território. No terreno, aos avanços do Exército ucraniano no leste juntou-se outro, na região de Kherson. Enquanto isso, o Papa Francisco rogou a Vladimir Putin para parar a guerra e a Volodymyr Zelensky para estar recetivo a uma proposta de paz.

Os chefes de Estado de nove países pertencentes à NATO – Eslováquia, Estónia, Letónia, Lituânia, Macedónia do Norte, Montenegro, Polónia, República Checa e Roménia – declararam que não podiam "ficar calados perante a flagrante violação do Direito Internacional pela Federação Russa", tendo por isso assinado um texto em que começaram por reiterar o apoio à soberania e integridade territorial ucraniana e apoiaram a pretensão manifestada na sexta-feira pelo presidente ucraniano de o seu país aceder à aliança que, neste momento, tem 30 estados-membros. "Não reconhecemos e nunca reconheceremos as tentativas russas de anexar qualquer território ucraniano. Apoiamos firmemente a decisão da Cimeira da NATO em Bucareste, em 2008, relativa à futura adesão da Ucrânia."

Naquela cimeira, os membros da NATO saudaram as aspirações da Ucrânia e da Geórgia, mas não ofereceram um calendário claro para a adesão dos dois países. Na sexta-feira, o secretário-geral da organização, Jens Stoltenberg, preferiu sublinhar a importância do continuado apoio à Ucrânia do que comentar a iniciativa de Zelensky em pedir uma adesão urgente do seu país à NATO. Os chefes da diplomacia dos Estados Unidos e do Canadá expressaram apoio à pretensão de Kiev, mas pelas vias normais, tal como a Suécia e Finlândia (aguardam a ratificação pelos parlamentos da Hungria e da Turquia).

O curto texto termina com um apelo para que a ajuda militar a Kiev progrida e lembra que os responsáveis pelos "crimes de agressão" devem ser levados à justiça.

JUAN BARRETO / AFP

Soldado ucraniano sentado num blindado de desenho soviético em Kramatorsk, na região de Donetsk.

Esta demonstração de força diplomática não atingiu o objetivo na totalidade, uma vez que os chefes de Estado da Albânia, Bulgária, Croácia, Eslovénia e Hungria não se juntaram ao grupo de países da antiga cortina de ferro.

Em relação à ajuda militar, um dia depois de a ministra da Defesa da Alemanha ter estado em Odessa e prometido a entrega para breve do mais avançado sistema de defesa antiaérea, IRIS-T, Berlim, Copenhaga e Oslo anunciaram a aquisição conjunta de obuses produzidos na Eslováquia, no valor de 92 milhões de euros. As peças de artilharia móveis Zuzana-2, cujos projéteis têm um alcance de 40 quilómetros, vão começar a ser entregues em 2023.

A Alemanha tem apoiado a Ucrânia, mas o chanceler social-democrata Olaf Scholz recusa-se a enviar o que é mais pedido por Kiev, os tanques Leopard 2 e os blindados Marder. Um tema que divide a coligação governamental: verdes e liberais são favoráveis a um maior apoio. E nas fileiras militares alemãs há também quem se mostre cético ao sucesso ucraniano. Em entrevista à *Focus*, o inspetor-geral das Forças Armadas Eberhard Zorn recusou subscrever a ideia de que há uma contraofensiva com êxito no nordeste da Ucrânia.

Volodymyr Zelensky anunciou que Lyman, vila de Donetsk que é um importante eixo ferroviário, foi "libertada" das tropas de Moscovo. A recaptura de Lyman, arrasada durante semanas pelas tropas russas antes de tomarem o seu controlo, marca a primeira significativa vitória militar ucraniana num território que o Kremlin reivindicou como seu e assegurou vir a defender por todos os meios. No terreno, porém, a ofensiva continua e é de esperar um avanço que pode levar as tropas de Kiev a passar Kreminna e nos próximos dias regressar até às cidades vizinhas de Lysychansk e Severodonetsk, em Lugansk. O mais surpreendente, porém, foi o avanço registado a sul, numa linha de vários quilómetros ao longo do rio Dnieppe, e que tem Beryslav como objetivo. O exército russo tem dado prioridade ao reforço de posições em Kherson e Zaporíjia, segundo o norte-americano Instituto de Estudos da Guerra.

> O pontífice vê no anúncio de Putin o aumento do "risco de uma escalada nuclear" de "consequências catastróficas a nível mundial".

Enquanto o Tribunal Constitucional russo aprovou, sem surpresas, a anexação das quatro regiões, ficando agora a formalidade burocrática a cargo dos deputados, elevando o confronto para um nível sem precedentes, o Papa Francisco suplicou ao presidente russo Vladimir Putin para acabar com a "espiral de violência" na Ucrânia, ao mesmo tempo que criticou as anexações de territórios. Na praça de São Pedro, o pontífice dirigiu-se diretamente ao presidente russo e viu nas anexações o aumento do "risco de uma escalada nuclear" de "consequências incontroláveis e catastróficas a nível mundial". Ao presidente ucraniano, Francisco pediu para se mostrar "aberto a propostas de paz sérias".

cesar.avo@dn.pt

Liz Truss admite erro de comunicação

A primeira-ministra britânica admitiu que deveria ter preparado melhor o país antes de anunciar a decisão, na semana passada, de reduzir os impostos, o que provocou uma onda de pânico nos mercados e a desvalorização da libra. No entanto, Liz Truss insiste na política delineada pelo ministro das Finanças Kwasi Kwarteng. Este, por sua vez, está a ser alvo de suspeitas por ter estado numa festa com gestores de fundos de investimento horas após ter apresentado o seu orçamento.

Menos de um mês depois de assumir o poder, Truss insistiu que o plano anunciado permitirá o regresso ao crescimento económico do Reino Unido, que enfrenta uma taxa de inflação sem precedentes e a ameaça de uma recessão. "Mantenho o apoio ao pacote que anunciámos, mas reconheço que deveríamos ter preparado o terreno melhor, disse à BBC. A oposição, mas também a opinião pública e, inclusive, deputados conservadores expressaram espanto com as propostas de reduzir impostos, formuladas pelo ministro da Finanças, Kwasi Kwarteng, ao apresentar o "mini-orçamento", que prevê cortes fiscais de 45 mil milhões de libras, em especial aos mais ricos.

A proposta orçamental resultou na desvalorização histórica da libra e na subida da taxa de juros dos títulos britânicos. Ao saberem que Kwarteng festejou com champanhe o plano, junto de gestores de fundos de investimento, os liberais democratas pediram uma investigação. "Quão fora da realidade se pode ficar? Precisamos de um inquérito oficial agora", disse a porta-voz, Sarah Olney.

Para 51% dos britânicos Liz Truss, há menos de um mês em Downing Street, deveria demitir-se, segundo uma sondagem YouGov. Além disso, os trabalhistas levam 22,2 pontos de vantagem nas sondagens em relação aos conservadores, quando estes celebram em Birmingham a sua reunião anual.

DN/AFP

Opinião
Patrick Siegler-Lathrop

Eleições Intercalares nos Estados Unidos – o Senado[1]

Os senadores nos EUA são eleitos por 6 anos, com uma renovação de um terço do Senado de 2 em 2 anos – nas Eleições Intercalares de 8 de novembro de 2022, haverá 35 cargos senatoriais em jogo (incluindo eleições especiais para assentos vagos), 21 assentos ocupados por Republicanos e 14 por Democratas. Terminaram as eleições primárias para cada Partido escolher os candidatos.

Ao contrário de muitos países europeus, o Senado dos EUA é muito poderoso: o Senado tem de aprovar todos os atos legislativos, "aconselha e consente" todos os tratados celebrados pelos EUA e confirma as principais nomeações presidenciais, incluindo os juízes do Supremo Tribunal e outros cargos governamentais de alto nível. O controlo do Senado é fulcral para a Administração no poder e para ambos os Partidos.

O Senado não é um órgão democrático pois cada Estado norte-americano, independentemente da sua dimensão, tem dois senadores, o que significa que os dois senadores que representam os 576 851 habitantes do Wyoming (Censos de 2020) têm tanto peso e poder no Senado como os dois que representam a população da Califórnia de mais de 39,5 milhões, e este desequilíbrio está a crescer à medida que os estados maiores crescem mais rapidamente do que os mais pequenos. Dada a coincidência da demografia americana, a estrutura do Senado, atualmente, dá muito mais poder aos eleitores rurais (brancos), e ao Partido Republicano, do que à população total do país, e esta tendência é reforçada pela prática no Senado do *filibuster*, que exige 60 votos para aprovar a maioria da legislação.

Existe uma forte predisposição nas eleições para o Senado a favor dos titulares (86,8% foram reeleitos nas últimas 14 eleições), mas existe uma tendência ainda mais forte: o partido do Presidente perde assentos no Senado nas eleições intercalares, e com o Senado atualmente dividido 50-50 entre Democratas e Republicanos, há alguns meses, os Republicanos estavam confiantes de que ganhariam facilmente o controlo do Senado, com os baixos índices de aprovação de Biden e os americanos a sofrer de uma inflação em rápido crescimento. Desde então: **i)** as classificações de Biden melhoraram (embora ainda sejam baixas); **ii)** em várias raças decisivas, os Republicanos escolheram candidatos apoiados por Trump que podem ser vulneráveis numa eleição geral; e **iii)** os eleitores Democratas foram fortalecidos pela recente decisão do Supremo Tribunal que permite aos estados proibir o aborto.

O resultado das eleições intercalares para o Senado é uma incógnita, com o controlo a ser decidido por pequenas margens em algumas corridas ao Senado. Arrisco-me a estar errado ao prever que, em 31 estados, o partido no poder vencerá a reeleição; o controlo do Senado será decidido por apenas quatro corridas, duas detidas por cada Partido:

– Pensilvânia, onde os Republicanos, possivelmente, perderão um assento,

– Geórgia, um estado tradicionalmente republicano do Sul, onde, em 2020, o democrata Raphael Warnock obteve uma vitória surpreendente numa segunda volta eleitoral. Se os Democratas ocuparem o assento de Warnock, controlarão o Senado. Se o perderem, o que não é improvável, podem ainda manter o controlo se ganharem:

– Um ou outro de Ohio e Nevada, algo que julgo ser provável.

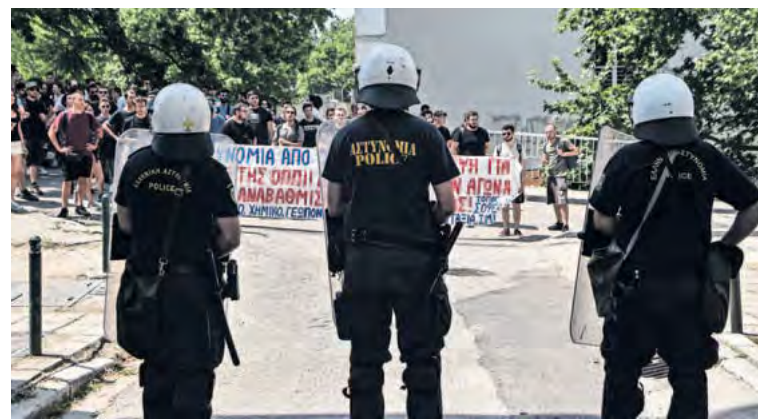
Prevejo que os Democratas manterão o controlo do Senado, acabando por ficar com 50 ou 51 assentos. Se tiverem 51 ou mais, isto significará menos poder para os senadores Democratas individuais, que, sozinhos, podem anular um voto democrata num Senado a 50-50.

Na próxima semana: Eleições Intercalares para a Câmara dos Representantes.

"Prevejo que os Democratas manterão o controlo do Senado, acabando por ficar com 50 ou 51 assentos."

[1] O segundo de uma série de artigos semanais sobre as eleições Intercalares nos EUA, todas as segundas-feiras.

Autor de "Rendez-Vous com a América, uma explicação do sistema eleitoral americano", Presidente do American Club of Lisbon. As opiniões aqui expressas são pessoais e não do American Club of Lisbon. Para quaisquer comentários: PSL64@icloud.coms

SAKIS MITROLIDIS / AFP

Manifestação em maio contra a nova força policial, em Salónica.

Novo corpo policial grego debaixo de fogo

SEGURANÇA Polícia destacada para as universidades longe de captar simpatia entre alunos e funcionários.

Mais de um ano depois de ter sido concebida como uma resposta inovadora às universidades da Grécia, notoriamente indisciplinadas, uma força policial especial foi destacada há um mês, mas os seus resultados não impressionam. Mil agentes foram destacados em setembro para quatro dos mais de 20 *campi* universitários da Grécia, escolhidos por terem os mais altos índices de tráfico de droga e pequenos delitos. "Não os temos visto", disse um professor do Politécnico de Atenas.

Armados apenas com bastões, os recém-formados esquadrões de proteção universitária (OPPI) foram destacados com parcimónia e sob a proteção de polícias de choque, na sequência de protestos de grupos de estudantes. "A polícia do *campus* apareceu uma vez, houve um tumulto e eles recuaram", disse Sabina Kurrizi, estudante de história na Universidade Aristóteles de Salónica. "A polícia de choque está a proteger a OPPI, que supostamente nos está a proteger. É um absurdo", acrescentou. "Ter um esquadrão policial a guardar outro esquadrão policial é surreal", diz Theodoros Tsairidis, o chefe do sindicato da polícia de Salónica. "Deve ser uma novidade mundial", comentou.

As universidades gregas são cronicamente subfinanciadas e conhecidas pelas suas greves, manifestações, além da violência contra estudantes e funcionários. Em 2020, o reitor da Universidade de Economia e Gestão de Atenas foi agredido no seu gabinete por um grupo de jovens encapuzados, que puseram uma placa à volta do seu pescoço onde se lia "Solidariedade para com os manifestantes". Ao chegar ao poder em 2019, o governo conservador do primeiro-ministro Kyriakos Mitsotakis fez da lei e da ordem uma prioridade máxima. "O nosso governo está determinado a fazer do sentido de segurança [nas universidades] uma realidade", disse o ministro da Proteção do Cidadão Takis Theodorikakos após a polícia ter feito uma rusga ao Politécnico de Atenas. Mais de 30 pessoas foram presas em ligação com três bandos que transformaram parte de um degradado dormitório universitário num esconderijo, disse a polícia.

A despesa inadequada do Estado com a educação é uma preocupação antiga na Grécia. Em 2009, o ano anterior à crise económica grega, o orçamento anual do Ministério da Educação foi superior a 7,2 mil milhões de euros. Este ano, é inferior a cinco mil milhões de euros.

A presença da polícia nas universidades é altamente controversa na Grécia. Durante a ditadura grega, a polícia ajudou o exército a esmagar brutalmente a revolta estudantil de 1973, no Politécnico de Atenas. Os funcionários da Aristóteles disseram há dias, numa conferência de imprensa, que a presença da polícia de choque estava a perturbar a vida quotidiana no *campus*. "Esta é uma força anárquica que cria um clima de medo. As aulas não podem ser realizadas sob um clima de medo", disse o professor Sotiris Sotiropoulos. "É um risco para a nossa segurança física e mental."

As reações dos estudantes são mistas. "Sim, houve episódios de desordem, mas agora temos veículos da polícia tipo tanque no *campus*... muitos dos meus colegas têm medo de andar por aí", diz Irini, de 21 anos, uma estudante de biologia da Aristóteles. Mas Artemis, uma estudante de psicologia de 22 anos, realça que o *campus* é perigoso à noite. "Há tráfico de drogas diariamente, lutas e esfaqueamentos frequentes. Há também concentrações regulares e vandalismo por parte de quem não faz parte da universidade. Não podemos ter uma pessoa qualquer a entrar e a fazer o que lhe apetece."

DN/AFP

Opinião
Julia Monar

O Dia da Unidade Alemã dá-nos confiança

O Dia da Unidade Alemã é para nós, alemães, um motivo de alegria e de orgulho. A memória do que aconteceu naquela época e do que, consequentemente, tornou possível, dá-nos confiança para enfrentar os desafios atuais.

Recordamos e comemoramos o fim da divisão do nosso país, que os cidadãos da Alemanha Oriental geraram com o seu apelo à liberdade e unidade.

Assim sendo, nada mais adequado do que, este ano, ser Erfurt, a capital do *Land* da Turíngia, um dos novos *Länder* da Alemanha, a organizar e acolher a celebração oficial do Dia da Unidade Alemã, que decorre todos os anos num *Land* diferente, sob o lema "*zusammen wachsen*" (crescer juntos). *#zusammenwachsen22*

Recordamos com gratidão os nossos amigos e parceiros europeus e transatlânticos, sem os quais não teria sido possível a Unificação do nosso país. Recordamos em especial os cidadãos corajosos da Europa Oriental que, de antemão, abriram o caminho em direção à liberdade: a Polónia com o movimento *Solidarnosc*, a Hungria e a antiga Checoslováquia, abrindo as primeiras brechas na Cortina de Ferro.

A queda do Muro de Berlim está indissociavelmente ligada ao fim da Guerra Fria na Europa. Do mesmo modo é para nós, alemães, igualmente indissociável a interligação entre a unidade alemã, a integração europeia e a parceria transatlântica. Como país situado no coração da Europa, sabemos que alcançamos a nossa liberdade, prosperidade e paz, em conjunto, numa Europa unida.

Por conseguinte, os anos que se seguiram à Unificação podem talvez, até à data, ser considerados dos mais significativos em termos de progressos no âmbito do projeto de integração europeia - internamente com o Tratado de Maastricht, a introdução do euro e o Tratado de Lisboa, e externamente, com o processo de alargamento da União Europeia e a adesão de países da Europa Central e Oriental e de países Bálticos.

Naquela época, achámos que a marcha triunfal da paz, da democracia e da liberdade fosse imparável.

Hoje, porém, encontramo-nos novamente num ponto de viragem, pois Vladimir Putin trouxe a guerra de volta ao coração da Europa com a invasão russa da Ucrânia. O chanceler alemão, Olaf Scholz, deixou claro em Praga, no seu discurso sobre a Europa, quais as prioridades para a Alemanha, resultantes dessa invasão:

Vladimir Putin não deve vencer esta guerra e a Ucrânia continuará a existir como um Estado soberano. Trabalharemos nesse sentido, em estreita coordenação com os nossos parceiros, utilizando meios políticos, económicos e militares. Entre outras iniciativas, o governo alemão organizou uma conferência sobre a reconstrução da Ucrânia, que terá lugar em Berlim, nos finais de outubro. Estou impressionada com a grande solidariedade que Portugal demonstrou em relação à Ucrânia – seja no acolhimento e integração dos refugiados, seja no apoio às sanções da UE contra a Rússia, apesar das suas graves consequências que afetam a vida quotidiana dos cidadãos portugueses.

As agressões de Putin conseguiram exatamente o oposto do que ele pretendia alcançar. Em vez de dividir a Europa, estamos mais unidos. A adesão da Finlândia e da Suécia à NATO contribui para o reforço da aliança e tanto o *Bundestag* como a Assembleia da República portuguesa aprovaram esta adesão por grande maioria. Ao conceder o estatuto de candidato à UE, tanto à Ucrânia como ao seu Estado vizinho, a República da Moldávia, reafirmamos claramente que o futuro destes dois países está na UE. Nunca iremos aceitar que as fronteiras da Europa sejam alteradas por via da força.

Ao mesmo tempo, temos de tornar a União Europeia apta para o futuro. A vontade de integrar mais países que pretendam aderir à UE, tal como a Ucrânia, a República da Moldávia, os Balcãs deve ser acompanhada por reformas internas, a fim de evitar qualquer bloqueio e aumentar a nossa capacidade de ação.

Temos de reforçar a soberania europeia e, ao mesmo tempo, minimizar a dependência energética, não apenas em relação à Rússia, mas também em relação à utilização dos combustíveis de origem fóssil no geral. A transição energética será uma tarefa para gerações, que pretendemos realizar com a maior celeridade possível e completar dentro do mais curto espaço de tempo. Como nação industrial, a Alemanha enfrenta desafios particulares. No entanto, definimos e acordámos com as iniciativas "fit for 55" e "RePowerEU", um quadro e instrumentos claros a nível da UE, e adotámos outras medidas, na reunião extraordinária do Conselho de Energia da UE na semana passada.

A Associação Alemã de Indústrias da Água e da Energia (BDEW) acaba de reafirmar que, apesar de todas as adversidades que estamos a viver atualmente, as empresas na Alemanha estão determinadas a continuar a trilhar o seu caminho e abandonar a era dos combustíveis fósseis. Para tal apostamos na colaboração com parceiros como Portugal na área das energias renováveis.

No entanto, a soberania europeia não significa autarcia. Pelo contrário, deve ir de mãos dadas com o desenvolvimento e intensificação das nossas parcerias globais, baseadas em valores comuns - primeiro e acima de tudo na comunidade transatlântica, mas também para além dela. Deve ir de mãos dadas pela defesa dos nossos valores comuns, de uma ordem mundial justa e baseada em regras. A comemoração do Dia da Unidade Alemã, a revolução pacífica na Europa, significa também que devemos demonstrar a nossa solidariedade para com todas as pessoas que lutam pelos seus direitos. Recordo aqui, em particular, as mulheres corajosas no Irão e no Afeganistão, que arriscam as suas vidas pela sua liberdade.

Sinto-me encorajada pela solidariedade e pela vontade de um futuro europeu comum, um sentimento muito fortemente presente também aqui em Portugal. A memória do milagre da revolução pacífica na Europa Central e Oriental, que celebramos no Dia da Unidade Alemã, enche-me de confiança para o nosso futuro comum numa Europa livre e pacífica.

"A comemoração do Dia da Unidade Alemã, a revolução pacífica na Europa, significa também que devemos demonstrar a nossa solidariedade para com todas as pessoas que lutam pelos seus direitos."

Embaixadora da Alemanha

EPA / DIEGO AZUBEL

O piloto almadense, de 27 anos, conquistou em Buriram mais uma vitória na carreira no Moto GP.

5

Vitórias Tendo subido à categoria de Moto GP em 2019, Miguel Oliveira já venceu por cinco Grandes Prémios ao mais alto patamar do motociclismo: Estíria, Portimão, Catalunha, Indonésia e Tailândia.

131

Pontos Com o triunfo de ontem, Miguel Oliveira é agora oitavo na classificação do Mundial de pilotos. Já tem mais do que na temporada passada, em que terminou com um total de 94.

65

Corridas O piloto português fez ontem o seu 65.º Grande Prémio do campeonato de Moto GP. Tem cinco vitórias, sete pódios, uma *pole position*, duas voltas mais rápidas e um total de 383 pontos somados.

Miguel Oliveira dá recital e vence na Tailândia. "À chuva sou super-rápido"

MOTO GP O piloto português somou a quinta vitória da carreira na categoria rainha do motociclismo, mas apenas a segunda da época. "Quando começou a chover, lembrei-me da corrida na Indonésia", disse no final da prova.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO**

O piloto português Miguel Oliveira venceu ontem mais uma corrida no Campeonato do Mundo de Moto GP, somando assim a quinta vitória da carreira na categoria rainha do motociclismo. A vitória de ontem, no Grande Prémio da Tailândia, é a segunda da época, depois de ter conquistado o Grande Prémio da Indonésia, logo na segunda corrida da temporada.

E foi precisamente desse Grande Prémio que o almadense se recordou ao vencer na Tailândia, sobretudo por ter sido uma conquista à chuva. "Quando começou a chover lembrei-me da Indonésia", revelou Miguel Oliveira depois de ter terminado uma corrida que assumiu ter sido "longa". "Não me posso queixar: sempre que corremos em piso molhado sou super-rápido", acrescentou.

A chuva parece, aliás, ser o ambiente perfeito para Miguel Oliveira triunfar, uma vez que das cinco vitórias que conquistou, só duas – Portugal em 2020 e Catalunha em 2021 – não foram alcançadas com a pista molhada. Ainda assim, piloto português, de 27 anos, admitiu que prefere triunfar com outras condições climáticas, mas constatou que aceita "a vitória em quaisquer condições".

Como se justifica, então, a hegemonia à chuva? "Acho que sou bom e bastante rápido a entender as condições de aderência da pista. As sensações são mais cruas. Há que ser muito suave a abordar travagens, acelerações e velocidade em curva. Sou bastante suave e, quando chove, consigo tornar essas minhas capacidades mais evidentes", explicou, em declarações à Sport TV.

Tendo largado da 11.ª posição da grelha, Miguel Oliveira recuperou várias posições ao longo das primeiras voltas e, quando chegou aos lugares cimeiros, o piloto português da KTM foi várias vezes o mais rápido em pista, o que possibilitou a aproximação ao então líder Jack Miller (Ducati), que terminou em segundo lugar. Ao encostar no australiano, Miguel Oliveira rodou várias voltas atrás do piloto da Ducati, calculando o momento exato antes da ultrapassagem, que aconteceu à volta 14.

"Tentei ir apalpando terreno pouco a pouco, para não desgastar os pneus. Consegui analisar o Miller, que era o mais rápido, e perceber como ganhar tempo. Esperei para nos distanciarmos do Pecco [Bagnaia, que foi 3.º] e, quando vi que tinha hipóteses, ultrapassei-o", explicou.

> "Acho que sou bom e bastante rápido a entender as condições de aderência da pista. Há que ser muito suave a abordar travagens, acelerações e velocidade em curva", disse Miguel Oliveira.

Líder do Mundial em perigo

Menos sorte teve o líder do campeonato, o francês Fabio Quartararo (Yamaha) que, ao terminar em 17.º lugar, viu Pecco Bagnaia (Ducati), o seu principal rival na luta pelo título, aproximar-se do topo da tabela, ficando com uma vantagem de apenas dois pontos à entrada para as últimas três provas do Mundial, que termina no primeiro fim de semana de outubro.

A vitória de ontem permitiu a Miguel Oliveira subir três lugares na classificação, passando de 11.º para oitavo, somando 131 pontos. Com Quartararo a liderar, com um total de 219 pontos, e Bagnaia em 2.º lugar, a dois pontos, é o espanhol Aleix Espargaro (Aprillia) quem fecha o pódio, com 199 pontos conquistados.

A corrida, disputada no Circuito Internacional de Buriram, ficou marcada pelo atraso de uma hora no seu início devido, precisamente, à forte chuva. Já antes tinha obrigado a interromper a prova de Moto 2 logo com apenas oito voltas decorridas, tendo o italiano Tony Arbolino acabado por ser coroado vencedor.

rui.godinho@dn.pt

Fernando Pimenta e José Ramalho campeões em K2

CANOAGEM Mundiais de Maratona chegaram assim ao fim. Com estas medalhas, Portugal conquistou um total de sete pódios na prova.

Os Mundiais de maratonas terminaram ontem em Ponte de Lima com o ouro dos canoístas portugueses Fernando Pimenta e José Ramalho em K2, com o sétimo pódio luso a garantir o terceiro lugar de Portugal no medalheiro da prova.

Na primeira vez em que competiram juntos em K2 – só tinham treinado na seleção nacional –, a experiente dupla teve um desempenho exemplar, resistindo a todos os ataques e liderando no final de cada portagem, para atacar, definitivamente, na última rodagem, impulsionada rumo à meta por incessantes gritos de apoio.

Os 29 800 metros no Rio Lima foram cumpridos por Pimenta e Ramalho em 1:58.04,39 horas, diante dos espanhóis Miguel Llorens e Alberto Plaza, segundos a 6,01 segundos, e dos noruegueses Eivid e Amund Vold, terceiros a 11,04.

Na passada quinta-feira, Fernando Pimenta já tinha garantido o ouro na *short race*, sucedendo a José Ramalho, campeão em 2021, que no sábado se sagrou pela terceira vez vice-campeão de K1 na maratona.

Fernando Pimenta
Canoísta

No final da prova de ontem, José Ramalho disse ser "indescritível" a sensação de ser campeão do mundo. "É uma medalha conquistada em Portugal, com um público extraordinário. *A Portuguesa* é sempre especial, toca-nos a todos e todos merecemos ouvi-la", disse, emocionado. "Estas pessoas estavam ali por nós, e sofreram muito, mas desta vez demos-lhes esta medalha de ouro", acrescentou.

Por sua vez, Fernando Pimenta dedicou os dois títulos mundiais de maratonas conquistados em Ponte de Lima "aos portugueses", por todo o "apoio e carinho" que sempre lhe dedicaram, assumindo que fez a prova com "algumas dificuldades nas coxas e antebraços". "O José já me tinha dito que no *sprint* final ninguém nos ganharia. Coordenámos muito bem as coisas, fizemos excelentes portagens, onde podemos perder as provas", destacou.

"Esforcei-me muito, fui um profissional, como sempre fui. Estou de consciência tranquila de que dei o meu melhor. Que este bonito momento do desporto nacional seja reconhecido pelas entidades competentes. E amanhã já posso enterrar o meu avô [que morreu no sábado]...", concluiu.

DN/LUSA

Bruno Lage despedido num dia de sonho para Haaland

PREMIER LEAGUE O treinador português não resistiu aos maus resultados dos *Wolves*. O norueguês fez *hat-trick* na goleada do Man. City frente ao United.

Bruno Lage deixou ontem de ser o treinador do Wolverhampton, depois de no sábado ter somado a quarta derrota em oito jogos da *Premier League*, nas quais conquistou apenas com apenas uma vitória (com o Southampton) e três empates (frente a Fulham, Newcastle e Bournemouth).

O treinador português de 46 anos não resistiu aos maus resultados, que colocam a equipa em lugar de despromoção na Premier League. Aliás, nos últimos quinze jogos para o campeonato (contando com os da época passada) apenas obteve um triunfo. Bruno Lage chegou ao clube no início da época passada, na qual conquistou um 10.º lugar, com 15 vitórias em 38 jornadas.

Num dia aziago para a equipa mais portuguesa (dez jogadores) da *Premier League*, houve outros três – João Cancelo e Bernardo Silva no onze e Rúben Dias no banco – que viveram uma tarde de sonho com a goleada do Manchester City no dérbi com o United, por 6-3. Com Cristiano Ronaldo a observar do banco de suplentes, mas com Bruno Fernandes e Diogo Dalot no relvado, os *red devils* foram destroçados por um futebol encantador da equipa de Pep Guardiola que contou com a grande inspiração do goleador Erling Haaland, mas também de Phil Foden, que dividiram os golos (três para cada um).

O internacional norueguês é um autêntico fenómeno no City e na *Premier League*, tendo se tornado no primeiro jogador da história da competição a fazer três *hat-tricks* em três jogos consecutivos em casa. Esta época já são 17 golos (14 no campeonato) em 11 partidas oficiais. Além dos golos, Haaland ainda fez duas assistências para Foden faturar.

Com 4-0 ao intervalo, o United só reagiu na segunda parte com três golos, um apontado pelo brasileiro Antony e dois pelo francês Martial, um dos quais de penálti. **C.N.**

125 mortos após invasão na Indonésia

125 mortos e 323 feridos. É este o balanço da tragédia na Indonésia, no final de um jogo que opôs o Arema, clube dos portugueses Abel Camará e Sérgio Silva, e o Persebaya Surabay, no qual os adeptos da equipa da casa invadiram o relvado, descontentes com a derrota por 2-3. A polícia, que descreveu os distúrbios como "motins", disse ter tentado levar os adeptos de volta às bancadas e utilizou gás lacrimogéneo após dois polícias terem sido mortos. Muitas das vítimas foram pisadas ou sufocadas, segundo as autoridades. Gianni Infantino, presidente da FIFA, mostrou-se incrédulo com aquilo que disse ter sido "um dia negro para o futebol e uma tragédia que vai além da compreensão". Na Indonésia, multiplicaram-se as homenagens às vítimas de uma tragédia que fez lembrar outras, como a maior de sempre, em Lima, que causou a morte a 318 pessoas.

AFP

AFP

EPA / SANDI SADEWA

EPA / MADE NAGI

A pintora interpelada pela condição humana

PINTURA *Anjos e Lobos – Diálogos da Humanidade* é a nova exposição da pintora Graça Morais, que pode ser visitada na Galeria São Roque, em Lisboa. Ao todo, são 72 trabalhos em que a atenção ao Outro é uma constante.

A exposição *Anjos e Lobos – Diálogos da Humanidade*, na Galeria São Roque, em Lisboa, reúne 72 obras de Graça Morais, boa parte delas ainda inéditas.

TEXTO **MARIA JOÃO MARTINS**

Foi uma menina coroada de urzes, que rabiscava nas fragas e saltava nos lameiros. Na aldeia do Vieiro, não muito longe de Vila Flôr, a pequena Graça Morais brincava em liberdade, apenas com a advertência de que não saísse do perímetro da aldeia, já que da serra desciam os lobos acicatados pela fome. Hoje, tantos anos depois, num mundo tão diferente (ou talvez nem tanto assim), a menina que se tornou um nome grande da pintura portuguesa sabe que a mítica ferocidade destes animais nasce apenas da lei da sobrevivência, enquanto a dos homens, bem mais imprevisível, alimenta-se da ganância e da sede de poder, que são outros nomes para a pura maldade.

É dessa consciência, e também da atenção da artista à condição humana em tempos tão ásperos, que nasceu a exposição *Anjos e Lobos – Diálogos da Humanidade*, que inaugurou na passada terça-feira, na Galeria São Roque, em Lisboa, reunindo 72 obras, boa parte delas ainda inéditas.

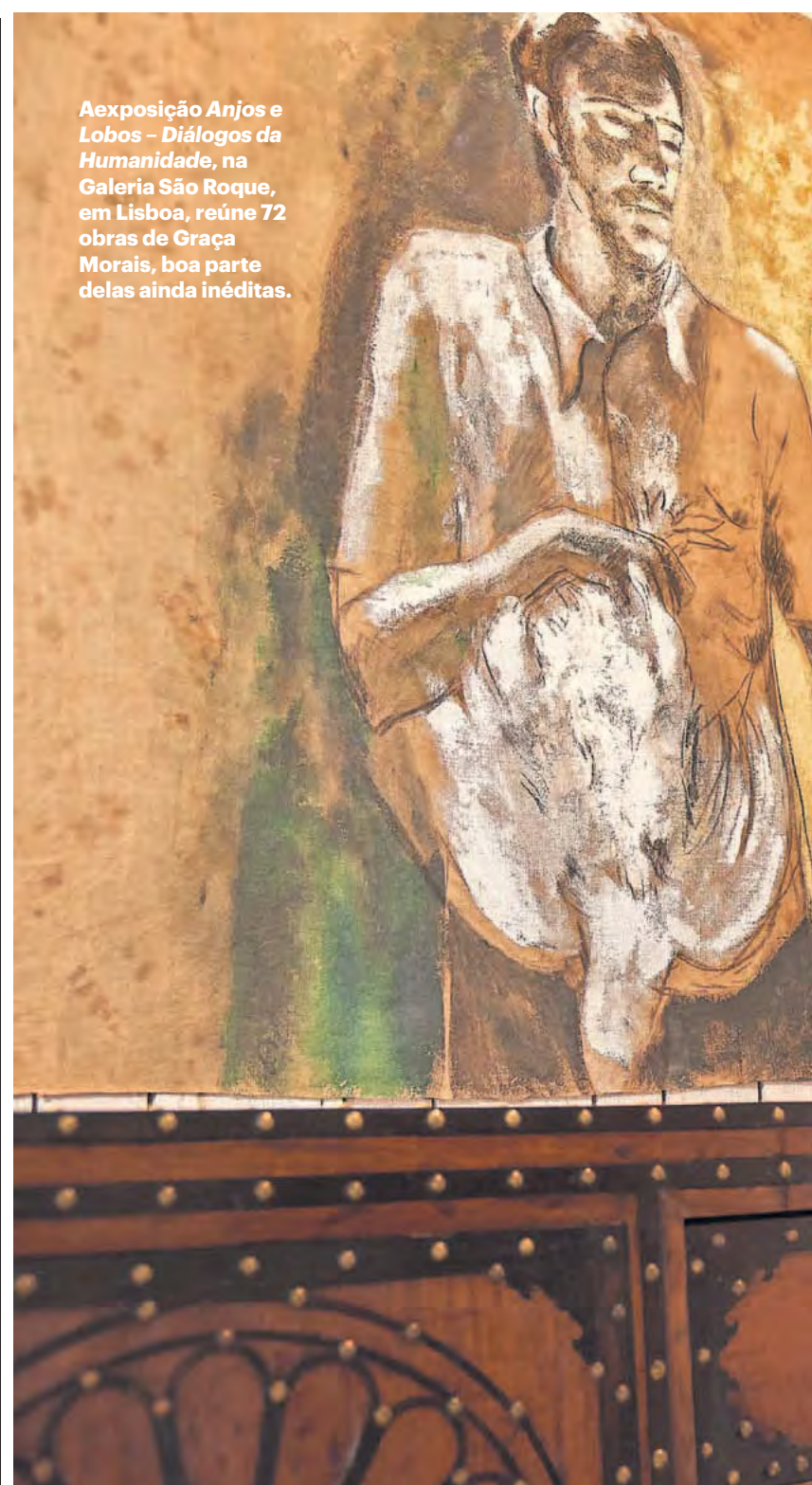
Depois de uma década sem expor comercialmente em Lisboa, Graça Morais regressa, assim, à capital, com um conjunto de trabalhos que, embora atravesse várias épocas da sua carreira, são ligadas por um fio condutor, que a própria define como "a aflição pelos que fogem do extermínio, das guerras, da fome e das enormes injustiças sociais".

A primeira obra incluída nesta exposição data de 1978, quando a artista era ainda uma jovem bolseira da Fundação Gulbenkian, em Paris: "Incluímo-la porque o Mário Roque [o galerista] fez uma visita ao meu *atelier* e gostou muito dela. Creio que faz sentido porque, de certo modo, hoje olho para ela e sinto que marca o princípio do meu percurso, senão com reconhecimento público, mas como descoberta de mim mesma e do que poderia fazer." No fio oposto do tempo estão as obras mais recentes, já datadas deste ano, como a série de *Mashas* pintadas como homenagem às mulheres ucranianas.

Mas fazendo-se de vários tempos, *Anjos e Lobos* é também uma exposição de várias paisagens humanas. Graça Morais é a primeira a admitir esta dualidade: "Até a uma certa altura, a minha pintura só tinha a ver com a minha terra natal. Era deliberado e começou com um período em que, numa espécie de residência artística, explorei uma linguagem muito própria dessa terra, ao mesmo tempo que contava a minha própria história".

> Depois de uma década sem expor comercialmente em Lisboa, Graça Morais regressa à capital, com trabalhos que, embora atravessem várias épocas da sua carreira, são ligados por um fio condutor: "a aflição pelos que fogem do extermínio, das guerras, da fome e das enormes injustiças sociais."

Aqui está, por exemplo, a série sobre batatas greladas ou ramos de azeitona secos, que considera as suas naturezas vivas: "Desde criança, quando entrava numa loja e via as batatas greladas, sentia que estava no meio de bichos. Sentia medo, sim, mas também fascínio. Hoje penso que são de uma beleza enorme, embora, nesse estado, deixem de ser úteis para a alimentação. Olho para aquelas batatas como olho para a cara de uma mulher muito idosa, que tem as suas rugas, mas também é bela apesar da sociedade persistir no culto da juventude e da magreza, ignorando o belíssimo efeito do tempo a que nada nem ninguém está imune".

Graça revela também o amor que consagra às oliveiras centenárias que restam em Trás-os-Montes (e que também evoca na exposição): "Quando se planta uma oliveira, ela é ainda muito fininha. Mas quando é centenária tem uma beleza enorme, com uma casca muito grossa, marcada por nódulos e buracos." Por causa deste assumido fascínio, anda a tentar criar uma associação para a defesa das oliveiras centenárias da região: "A verdade é que estão a ser dizimadas para alimentar fogueiras, outras são arrancadas para plantar vinhas ou para darem lugar a oliveiras novas, raquíticas. Uma árvore centenária é maravilhosa e continua a dar azeitonas, em menor quantidade, mas dá."

A relação da artista com Trás-os-Montes é uterina, mas faz-se também de angústia: "As marcas da interioridade são muito fortes, as pessoas nas aldeias nem sempre têm um acesso fácil à internet e às televisões, sentem-se muito isoladas. Nos Anos 90, pintei uma série que se chamava *As Marias* e era dedicada às mulheres da minha aldeia, entre as quais estava a minha mãe, embora ela se chamasse Alda e não Maria. Restam muito poucas. Causa-me uma grande angústia ir à aldeia e não encontrar a minha mãe e as minhas tias, aquelas Marias todas. Ando pela rua e não se encontra vivalma – nem sequer cães ou gatos. De vez em quando, lá se vê uma casa habitada por um jovem casal, mas há muitos problemas, como a falta de escolas".

A dimensão universal do sofrimento

Graça Morais jamais foi uma artista encerrada sobre o seu mundo. A atualidade sempre a interpelou. Recorda a propósito a residência artística que fez em Cabo Verde, no final da década de 1980, a convite do embaixador português José Fernandes Fafe, onde, ao visitar certas aldeias mais isoladas, as pessoas pediam para que a Embaixada de Portugal lhes mandasse jornais em português, mesmo com atraso de semanas ou meses.

"Esta memória ficou-me para

PAULO ALEXANDRINO / GLOBAL IMAGENS

sempre. Eu sou, e sempre fui, uma grande leitora de jornais, até porque preciso desse contacto tátil com o papel. O que se lê no computador, para mim ainda é uma abstração."

Por causa dessa relação tão presente na sua vida, Graça fez uma exposição no Centro de Arte Contemporânea de que tem o seu nome, em Bragança (*Inquietações*, pode ser visitada até de dezembro), onde os jornais têm especial protagonismo – os jornais e o modo como eles fazem parte das suas memórias de infância.

"Quando eu era criança, as mulheres da minha aldeia faziam as grandes limpezas da Páscoa, a mais importante das quais era na cozinha, que durante o inverno ficara toda escura por causa do fumeiro. A minha maior alegria era forrar a cozinha com os jornais que chegavam lá a casa que eram sobretudo os católicos ou os boletins da Casa do Douro, de que o meu avô era associado."

Graça recorda também o lado amargo desta memória infantil: "Lembro-me de perceber que muitas mulheres colavam os jornais de 'cabeça' para baixo porque a maior parte delas não sabia ler. E esse é um Portugal que felizmente já não existe".

Ao tato soma-se também o gosto pela leitura e pelo acompanhar dos movimentos do mundo, mesmo que estes sejam inquietantes, por vezes, terríveis. "Há 11 anos comecei a olhar para o mundo com outros olhos e pintei uma série dedicada às primaveras árabes. É a série *As Sombras do Medo*, que também está aqui exposta na Galeria de São Roque."

"Há 11 anos comecei a olhar para o mundo com outros olhos e pintei uma série dedicada às Primaveras Árabes. É a série *As Sombras do Medo*." Mais tarde, pinta a tragédia dos migrantes que chegam sem nada (às vezes sem a própria vida) às praias do Mediterrâneo.

Mais tarde, pinta e desenha sobre a tragédia dos migrantes que chegam sem nada (às vezes sem a própria vida) às praias do Mediterrâneo. "Felizmente, em Portugal, não vivemos os dramas desta gente tão desesperada, mas o que eu sinto é que há uma ligação entre todos os seres humanos no sofrimento e nas vivências do dia a dia. Na tragédia, os seres humanos parecem-se todos, estejam eles no Irão, em Trás-os-Montes ou em Lisboa, sobretudo as mulheres e as crianças, que são sempre o elo mais fraco da sociedade."

No catálogo, José Manuel dos Santos sublinha este aspeto comprometido do trabalho da pintora. "É assim que a obra de Graça Morais é uma obra dramática, que dá às figuras humanas, que nas suas pinturas e desenhos são *dramatis personae*, a companhia das grandes figuras do Medo, da Fuga, da Guerra, da desgraça, da humilhação, da injustiça, do sofrimento e da salvação."

No catálogo, José Manuel dos Santos sublinha: "É assim que a obra de Graça Morais é uma obra dramática, que dá às figuras humanas, que nas suas pinturas e desenhos são *dramatis personae*, a companhia das grandes figuras do Medo, da Fuga, da Guerra, da desgraça, da humilhação, da injustiça, do sofrimento e da salvação".

Graça diz acreditar que a arte pode salvar – a quem a perceciona e ao artista, já que, assim, encontra "uma forma de agir sobre a angústia que fatalmente nos toma quando lemos, ou vemos, as notícias". Com uma educação católica, afirma não ser praticante, mas mantém a fé. "Com o Papa Francisco, de quem gosto muito, posso dizer que me reconciliei com a Igreja. Conseguiu transmitir uma imagem humana e simples, de quem, por vezes, se zanga como toda a gente. Não é um beato nem se comporta como tal." A pintora admite que, por vezes, lhe acontece entrar sozinha numa Igreja, mas também pode rezar no segredo do seu *atelier*. Por um mundo mais justo e iluminado, antes de qualquer outro pedido.

Mas o que de melhor lhe terão dito ao longo de uma carreira cheia de sucesso de público e crítica (está representada em algumas das melhores coleções públicas e privadas, como Gulbenkian ou Serralves, e já recebeu várias condecorações nacionais e estrangeiras) veio da boca de uma visitante do Centro de Arte Graça Morais que lhe disse contemplar os seus quadros como quem está em oração. "Fiquei muito emocionada porque acredito que um dos requisitos da arte é essa capacidade de convocar nas pessoas o sentido do mistério e do intangível."

dnot@dn.pt

Opinião
Jorge Barreto Xavier

Semanologia
Três contos morais

1 Era uma vez, há muito, muito tempo atrás, um imperador. O imperador vivia num magnífico palácio em torno do qual um exército dedicado. Aí o visitava uma princesa secretamente amada (pois o verdadeiro amor carece de recato). Um dia, o imperador disse: "Faça-se uma Operação Militar Especial (OME)". O seu vizir perguntou, timidamente: "Senhor meu, o que é uma Operação Militar Especial?". O imperador olhou-o com desdém. "Não se faz uma OME sem LETE", disse, cripticamente. O vizir, ciosamente, foi procurar LETE. Convocou governantes, militares, cientistas, empresários, ortodoxos e reservistas. Juntos, conseguiram encontrar LETE para a OME: "L", de "Limpar ucranianos"; "E", de "Espancar, Esfomear, Esfolar, Estrangular e Enterrar"; "T", de "Tomar com Terror, Tropas e Tiros os Territórios"; e mais um "E", de "Este mundo é o que Ele, o Eufórico, Elegante, o Eterno Imperador quiser fazer com a Energia". Foi assim que o vizir, correndo pelos longos e adornados corredores do palácio imperial, de bandeja na mão, se dirigiu aos aposentos privados do seu amo. E, depois de se fazer anunciar, com uma vénia, disse: "Senhor meu, temos OMELETE!". O imperador, entretido com a princesa, e sem se voltar, disse": "Deixa aí sobre a mesa". O vizir pousou a OMELETE, e, em silêncio respeitoso, curvado, deixou o nobre casal, em paz.

2 Era uma vez, há muito, muito tempo à frente, um primeiro-ministro, de um país, muito, muito à frente. Um dia, visitava ele uma escola primária, rodeado de fiéis servidores, de câmaras e de criancinhas. Uma delas levantou a mão e perguntou: "Senhor primeiro-ministro, porque estamos muito, muito à frente?". Com benevolência, pedagogia e um sorriso nos lábios, o iluminado governante respondeu: "Meu menino, porque nós, os competentes, sabedores, superiores socialistas, tirámos do Poder os malandros da Direita, que faziam mal aos velhinhos e aos pobrezinhos, que não sabiam cuidar da saúde e da educação do povo e que queriam privatizar a TAP". Outra criancinha levantou a mão e perguntou: "Senhor primeiro-ministro, mas não está a saúde pior, a educação um embrulho, os pobrezinhos mais pobres e a TAP não vai ser privatizada por si?". O iluminado governante, com paciência, disse:" Minha menina, não é assim. Eu explico: este país foi feito para nós, os socialistas, mandarmos. A saúde está pior, mas a culpa é dos maus. A educação está pior mas a culpa é dos maus. Os pobrezinhos estão pior mas a culpa é dos maus. Vou privatizar a TAP depois de ter enterrado nela muitos milhões, por culpa dos maus. Nós somos os bons, percebeste?"

A criancinha, maravilhada, virou-se para outra criancinha e comentou: "Muito, muito à frente!". As câmaras e os fiéis servidores concordaram. Tod@s bateram palmas. O iluminado governante sorriu, magnânimo.

3 Era uma vez, neste tempo, um príncipe da igreja. O príncipe estava rodeado das coisas que um príncipe deve ter: castelo, séquito, terras, povo. O príncipe da igreja tinha uma vantagem sobre outros príncipes – era abençoado. Cada coisa que dizia ou fazia, cobria-a com o manto da luz divina. Até que se soube, o príncipe tinha demónios escondidos por baixo do seu hábito, dentro do seu hábito. Levantaram-se vozes. Vozes caladas, pois deve-se calar a voz sobre a presença do Maldito. Deus atribuiu aos anjos e aos homens a liberdade. E houve aqueles que caíram da alegria iluminada, quem tenha tombado de forma capital, atraído pela infâmia. A queda de um anjo ou de um homem é coisa que faz correr lágrimas no Paraíso, pois mesmo no reino da alegria pode a tristeza. Um príncipe da igreja descido desgosta o céu e a terra. Que fazer? Talvez cuidar com misericórdia dos seus erros? Afinal, Deus é, infinitamente, misericordioso. Tudo pode, até mesmo tudo perdoar. "Vai, e não tornes a pecar". E se se tornar a pecar? Deus é infinitamente misericordioso. Perguntarão os incautos se o Filho de Deus, percorrendo os caminhos da Galileia, o fazia transportado em liteira por escravos e acompanhado por bailarinas e músicos, lá, na terra onde se prometia o correr do leite e do mel. Contam os livros que o Filho do Homem não era um príncipe da Igreja, antes um humilde pregador, com a nobreza no coração. Contam os livros que, mesmo tentado no deserto, conseguia olhar com pureza o horizonte, sofrendo a dor no corpo e no espírito, encontrando o caminho do amor e da paz. Mas isso foi noutro tempo, e a Sua força infinita.

Neste tempo, a fragilidade encontra o desejo e o desejo o silêncio.

Chegou a noite. O príncipe da igreja deitou-se, na cama que outros lhe fizeram.

Opinião
Margarita Correia

A Guiné-Bissau e a luta pelo futuro

Em setembro, a Guiné-Bissau comemora duplamente a sua independência: a 24 de setembro de 1973, o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) declarou unilateralmente a independência; em 10 de setembro de 1974, Portugal reconheceu-a. Estas efemérides passaram quase despercebidas entre nós. Em contrapartida, são frequentes as notícias sobre a pobreza e a instabilidade política, que se alimentam reciprocamente. Estima-se que a pobreza, agravada pela pandemia de covid-19, atinja mais de 65% da população. Já o analfabetismo afeta mais de 40%, de acordo com estimativas de 2015. O trabalho infantil é próspero e, em 2011, a taxa de escolarização estava estimada em 55,3%. Uma pesquisa no Google por páginas com o domínio .gw (o código ISO do país) devolve apenas 61 200 resultados, maioritariamente de instâncias oficiais, o que constitui (mais um) fator indicativo do escasso desenvolvimento do país. As perspetivas de futuro dos jovens guineenses são, portanto, baixíssimas e as próprias perspetivas do país como estado independente não são esperançosas.

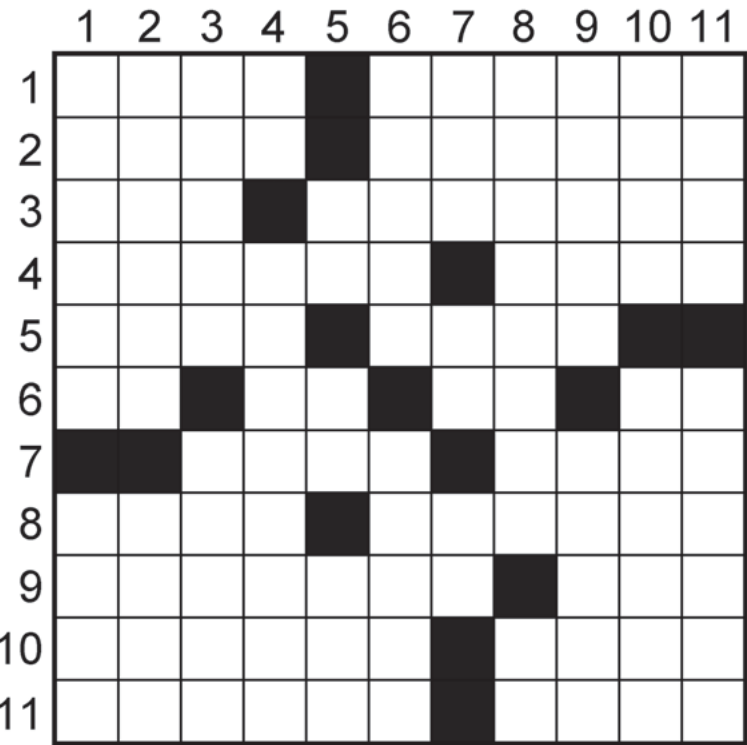
Há dias, um estudante da Guiné-Bissau dizia-me que o principal problema do país é ter tantas línguas, afirmação que me chocou e ainda ressoa na minha mente. Embora, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, a população em 2020 se cifrasse em 1 624 945 habitantes, o país caracteriza-se por grande diversidade étnica e múltiplas formas de organização social, além de diversidade cultural e linguística. As principais etnias que constituem a população bissau-guineense são fulas e povos de língua mandinga, balantas e manjacas; parte da população é mestiça e existem pequenas minorias de cabo-verdianos e, mais recentemente, de chineses. As principais línguas africanas, ou "étnicas" como são referidas no país, são o balanta, o mandinga, o manjaco, o mancanha, o papel ou *pepel* e o *fula*, mas a estas acrescem, ainda, o *badjara*, o *bainouk-gunyuño*, o *basari*, o *bayot*, o *biafada*, o *bidyogo*, o *ejamat*, o *kasanga*, o *kobiana*, o *mansoanka*, o *nalu* e o *soninke*. O português, que, em outros países que o têm como língua oficial, se tem vindo a afirmar como veicular e de unidade nacional, apesar de ser também a língua oficial da Guiné-Bissau e a única reconhecida como língua de ensino, será falado por não mais 15% da população e apenas como língua segunda. O crioulo da Guiné ou *kriol* é a língua mais falada no país, ainda assim por apenas cerca de 90% da população, e carece de estudos descritivos e codificação que lhe permitam tornar-se língua de ensino a breve trecho. Em síntese, embora a escola seja obrigatória a partir dos sete anos, a maioria das crianças que a frequenta nunca ouviu falar português antes de ingressar no ensino, mas será nessa língua que supostamente será alfabetizada e nela deverá aprender todas as matérias escolares. Não é de estranhar, pois, que os índices de insucesso e de abandono escolar sejam enormes; não é, ainda, de estranhar que os estudantes bissau-guineenses que estudam em Portugal se confrontem com enormes dificuldades em dominar o português formal e o português académico, além das muitas dificuldades financeiras que sofrem.

A instabilidade do país não garante a boa vontade da comunidade internacional, pelo que terão de ser os bissau-guineenses a lutar pelo futuro dos seus jovens. A erradicação do analfabetismo e o acesso universal à educação são decisivos nesse combate. A diversidade terá de ser entendida como a principal riqueza do país, porque o é.

A erradicação do analfabetismo e o acesso universal à educação são decisivos nesse combate."

Professora e investigadora, coordenadora do Portal da Língua Portuguesa

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1					■						
2					■						
3				■							
4							■				
5					■					■	■
6			■			■			■		
7	■	■					■				
8					■						
9								■			
10							■				
11							■				

Horizontais:
1. Grande onda. Envergonhada. 2. Vereador. Pôr no devido tom. 3. Fruto da nogueira. Pedra preciosa vermelho-romã. 4. Cuidar. Levantar. 5. Pouco frequente. Espírito. 6. Érbio (símbolo químico). União Europeia. Décima sexta letra do alfabeto grego. Platina (símbolo químico). 7. Pedaço de madeira para o lume. Maquinismo para tecer. 8. Resta. Pessoa que utiliza bens ou serviços públicos. 9. Narração sucinta de um facto jocoso. Regressa. 10. Que produz som. Lenda. 11. Suplicar ansiosamente. Constar.

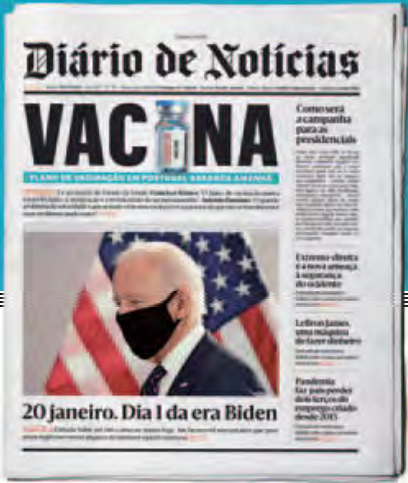
Verticais:
1. Cavidade abdominal. Período. 2. Idolatrar. Aço inoxidável. 3. Delinear (figurado). Gesto para chamar a atenção. 4. Alumínio (símbolo químico). Espécie de cómoda ou mesa, com espelho. 5. Gálio (símbolo químico). Interjeição designativa de surpresa, admiração e chamamento. Reza. 6. Folha de videira. Criador. 7. Interjeição que designa cansaço. *Long Play*. Tântalo (símbolo químico). 8. Matéria explosiva, inventada por Alfred Nobel. Abreviatura de manuscrito. 9. Cheira. Remessa. 10. Qualquer de entre dois ou mais. Pessoa tola. 11. Sulcar. Movimento convulsivo.

SUDOKU

	5	3				4	7	
7			1	4			6	2
	4	6	7	3				
		1		6			2	
					4		3	
6			2				1	8
9					2	6	4	5
	6		9	7			8	
	3		4			1	9	

SOLUÇÕES

1	5	3	6	2	8	4	7	9
7	9	8	1	4	5	3	6	2
2	4	6	7	3	9	8	5	1
3	8	1	5	6	7	9	2	4
5	2	9	8	1	4	7	3	6
6	7	4	2	9	3	5	1	8
9	1	7	3	8	2	6	4	5
4	6	5	9	7	1	2	8	3
8	3	2	4	5	6	1	9	7

Palavras Cruzadas
Horizontais:
1. Vaga. Pudica. 2. Edil. Afinar. 3. Noz. Granada. 4. Tratar. Alar. 5. Raro. Alma. 6. Er. UE. Pi. Pt. 7. Acha. Tear. 8. Fica. Utente. 9. Anedota. Vem. 10. Sonoro. Mito. 11. Exorar. Soar.
Verticais:
1. Ventre. Fase. 2. Adorar. Inox. 3. Gizar. Aceno. 4. Al. Toucador. 5. Ga. Eh. Ora. 6. Parra. Autor. 7. Ufa. LP. Ta. 8. Dinamite. Ms. 9. Inala. Envio. 10. Cada. Pateta. 11. Arar. Tremor.

Sabores de Baco com 2000 anos renascem no Alentejo

ENOLOGIA Uma tradição milenar, desenvolvida pelos romanos, e aprimorada na região de Vila de Frades e Vidigueira pelas ordens religiosas que ali habitavam, o Vinho de Talha entrou hoje no *portfolio* de produtores de vinho e modernizou-se entre as novas gerações de famílias que sempre o produziram para consumo próprio.

TEXTO **FÁTIMA FERRÃO**

No dia de S. Martinho visitam-se as adegas e prova-se o vinho. Um ditado que até hoje continua a fazer parte da tradição em Vila de Frades, perto da Vidigueira, e em muitas outras pequenas povoações da região. É também aqui, bem no coração do Alentejo, que os romanos deixaram a sua marca. As talhas (ânforas de barro) com centenas de anos continuam a contar a história, que passa de geração em geração. Desde há dois mil anos produz-se na região um vinho natural, sem aditivos, cuja técnica foi, ao longo dos tempos, aprimorada pelas ordens religiosas, e depois por toda a população de Vila de Frades, hoje classificada como a *Capital do Vinho de Talha*.

Teresa Caeiro, 27 anos, nasceu entre talhas e o vinho produzido para consumo da família, desde há quatro gerações, na adega com 250 anos, cheia de talhas centenárias, adquirida pelo avô. "O vinho de talha sempre foi o meu dia a dia", confessa a atual proprietária do projeto *Gerações da Talha*, criado há pouco mais de um ano

Licenciada em Engenharia Geológica e de Minas, acabou por render-se à paixão pela tradição e, do Instituto Superior Técnico, em Lisboa, regressou às origens para estudar Viticultura e Enologia, em Évora. Hoje é a cara, e acima de tudo a alma e o coração, deste projeto que visa honrar a história e a memória de uma tradição que está a regressar em força a terras alentejanas.

Além de Teresa, são cada vez mais os produtores a recuperar esta forma sustentável de produzir vinho. Dos maiores, como a Herdade do Rocim ou o Esporão, a projetos de menores dimensões como *Gerações da Talha* ou *Honrado*, pode dizer-se que o apelo climático, a par da voz da tradição, estão a criar néctares capazes de seduzir os críticos de vinho mais exigentes, mas também os apreciadores comuns que não dispensam um bom vinho à mesa.

Adicionalmente, as experiências enoturísticas que passam pela prova destes vinhos e pela viagem na história dos vários produtores, estão a atrair cada vez mais visitantes, contribuindo para reforçar a memória de outros tempos, e para levar a tradição a outros cantos do mundo.

Vinho natural e com pouca mão humana

Diz a História que foi na pequena vila romana de S. Cucufate que nasceu a tradição do vinho de talha. É também daí a origem de grande parte das talhas (ou ânforas) que ainda hoje se encontram nas adegas locais. Feitas de barro alentejano, de forma manual, estes recipientes continuam a cumprir a sua missão na produção do vinho. A dificuldade está, agora, em conseguir talhas novas.

> O apelo climático, a par da voz da tradição, estão a criar néctares capazes de seduzir os críticos de vinho mais exigentes, mas também os apreciadores comuns que não dispensam um bom vinho à mesa.

"É difícil de encontrar, especialmente as que são feitas de barro alentejano", conta Bruno Gomes, responsável pelo enoturismo na Herdade do Rocim. Na '*adega pequena*' ainda se encontram algumas talhas originais – a mais antiga data de 1908 -, que passaram entre as gerações da família de Pedro, o fazendeiro da herdade, e que fazem parte da história da propriedade, adquirida há 15 anos pela família de Catarina Vieira (Grupo Movicortes), a enóloga da casa.

Mas o foco nos vinhos da talha é, para o Rocim, uma aposta mais recente. A entrada do enólogo Pedro Ribeiro no projeto, em 2018, trouxe uma maior atenção a estes vinhos, essencialmente, "por serem diferentes", afiança Bruno Gomes. "Fomos dos primeiros a engarrafar o vinho de talha, e viemos dar-lhe algum *glamour* sem perder de vista a tradição", reforça.

Hoje a herdade produz cinco gamas distintas de vinho da talha, do verde ao tradicional, passando pelo menos intervencionado ou pelo mais moderno. Em comum têm o processo de produção 100% sustentável. "A uva é apanhada inteira e colocada na talha ainda com alguns engaços", explica o responsável pelo enoturismo. Entre 15% e 20% da capacidade da talha é preenchida com os cachos inteiros

As talhas são feitas de barro do Alentejo e a grande dificuldade é encontrar quem as produza.

A uva é apanhada inteira e colocada na talha. Entre 15% e 20% da capacidade da talha é preenchida com os cachos inteiros e o restante com os bagos já sem os engaços.

e o restante com os bagos já sem os engaços.

Durante o processo de fermentação – que dura entre duas a três semanas –, as talhas são mexidas com o *rodo* (uma espécie de vara), três vezes por dia, para uma prensagem manual que acalma a transformação da uva e empurra as cascas, os engaços e as grainhas para o fundo da talha. "Este fundo cria uma camada gelatinosa, a que chamamos a *mãe*, que é perfurada na altura de S. Martinho quando se abre a talha, e que faz a filtragem natural do vinho", explica Bruno Gomes. Neste processo também não existem leveduras artificiais pois, como revela Teresa Caeiro, "são as leveduras indígenas que fazem a transformação do mosto em vinho". É a natureza a garantir que tudo acontece de forma natural.

Entre as curiosidades deste processo de produção destaca-se ainda a utilização da cera de abelha para revestir o interior da talha, garantindo a sua impermeabilização.

No *Gerações da Talha* esta tradição mantém-se, tal como no projeto *Honrado Wines*, criado por António Honrado que, há cerca de 20 anos, transformou a antiga *taberna do Sr. Tomé* no restaurante País da Uvas, uma homenagem ao poeta Fialho de Almeida, nascido numa habitação contígua.

Também aqui se preserva a tradição no processo de produção e o vinho da casa continua a atrair centenas de visitantes para a prova do *vinho novo*, entre outubro e dezem- bro. Já no tempo do Sr. Tomé, conta a guia que nos acompanha, o vinho novo era de prova obrigatória na taberna, no fim do dia de trabalho, e acompanhado por petiscos regionais e maçã (usada para cortar o álcool). O vinho era retirado diretamente da talha com jarros de barro e, para animar, cantavam-se as modas alentejanas.

Agora, quem vem de fora procura a tradição, mas também quer levar o néctar da Honrado *Vineyards*. Em 2016 teve início o processo de certificação e o seu engarrafamento, garantindo uma durabilidade até sete anos. A produção também foi aumentada e conta, desde então, com a *Cella Vinaria Antiqua*. uma adega-museu secular restaurada com o objetivo de produzir, preservar e divulgar esta técnica milenar de produzir vinho em talhas de barro.

Mas este é também um espaço com história. Durante as obras de ampliação foi descoberta uma antiga adega romana com três dornas (talhas enterradas). O espaço destinado à nova adega ganhou assim outra vida, fazendo nascer uma zona de produção que é, em simultâneo um museu onde a tradição romana continua a dar origem ao vinho.

Aqui, na *Cella Vinaria Antiqua*, os arqueólogos encontraram ainda um poço cuja água era usada pelos romanos para fazer a higienização das talhas e da adega, assim como um sistema de refrigeração romana – a *frigidaria*. Trata-se de um canal subterrâneo para arrefecer o espaço durante o período da fermentação, onde a água circulava para refrescar o chão da adega e garantir que as talhas não partiam.

As escavações revelaram também um alambique, usado para transformar as balsas que ficavam no fundo das talhas em aguardente. Neste processo de produção, totalmente sustentável, é tudo aproveitado, da vinha até ao copo e, mesmo com o vinho de talha a ser engarrafado, a tradição de visitar as adegas e de provar o vinho por altura do S. Martinho mantém-se inalterada.

dnot@dn.pt

Na *Cella Vinaria Antiqua*, os arqueólogos encontraram ainda um poço cuja água era usada pelos romanos para fazer a higienização das talhas e da adega, assim como um sistema de refrigeração romana – a *frigidaria*.

"As pessoas procuram vinhos autênticos e que contêm uma história"

Pedro Ribeiro não tem dúvidas de que a tradição vende e de que uma boa história atrai a curiosidade de quem procura a autenticidade num mercado como o do vinho, com uma concorrência feroz e repleto de projetos e de marcas. Em entrevista ao *Diário de Notícias*, o diretor-geral da Herdade do Rocim conta que se apercebeu desta realidade numa viagem a uma feira internacional e que, desde então, alinhou a estratégia da empresa com a história e a tradição com dois mil anos na região. "Se forem às casas de Cuba, Vidigueira ou Vila de Frades, toda a gente tem ânforas em casa para fazer o seu próprio vinho de talha. No Rocim, há pelo menos 200 anos que se faz vinho de talha".
Apesar de reconhecer o risco da mudança, o responsável pelos vinhos do Rocim, admite também que ter uma história local com densidade e verdade histórica ajudou na transformação. No fundo, explica, "foi pegar em tudo isto, desempoeirar um bocadinho e levar estes vinhos para os melhores restaurantes do mundo. É aqui que realmente se constrói a marca e se leva a marca Alentejo e a marca Portugal para um patamar diferente". Pedro Ribeiro acredita ainda que, apesar destes vinhos não serem perfeitos tecnicamente, têm a autenticidade e o lado puro que os distingue. "E isto ajudou bastante a construir a marca".

A vida, o amor e as talhas

Para Teresa Caeiro, foi a memória de uma vida entre talhas que a trouxe de volta a Vila de Frades. Isso, e o amor pela tradição, incutida pelo avô Chico Anacleto, e pelo rapaz que lhe encheu as medidas, e com quem hoje partilha o projeto *Gerações da Talha*. Durante os três anos que passou a estudar Viticultura e Enologia, em Évora, desenvolveu o projeto, criou marcas e logótipos. Hoje, a *Gerações da Talha* comercializa os brancos e tintos *Na Talha, Farrapos* (o mais tradicional, cujo nome serve de homenagem aos habitantes de Vila de Frades, conhecidos por farrapeiros) e *Professor*, dedicado ao avô e aos seus ensinamentos, todos provenientes de castas locais e de vinhas antigas.
A preservação da memória e da tradição faz parte deste projeto, mas também da missão de vida de Teresa Caeiro. Através de *workshops* com crianças procura passar o conhecimento sobre o vinho da talha às gerações futuras, mantendo viva a história e as hisstórias da região. Nas experiências vínicas que partilha com visitantes e turistas, a mentora da *Gerações da Talha*, divulga, além do vinho, outros produtos da região que enchem a mesa de petiscos e que ajudam a criar as memórias de uma viagem a todos quantos passam por Vila de Frades.

Diario de Noticias

Director — AUGUSTO DE CASTRO

CONSIDERAÇÕES

E' A ASSEMBLEIA NACIONAL DE ANGORA QUE RESPONDERÁ 'A' NOTA INTERALIADA

OS AVIADORES

CASTELOS NO AR

A Liga das Nações e o desarmamento

Por esse mundo...

Atravez da Mancha

A FESTA DA RAÇA

PORTUGAL E ESPANHA

A ENTREVISTA COM AFONSO XIII

A VIAGEM PRESIDENCIAL

O HOSPITAL DE AGUEDA

Conde de Eu

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 3 DE OUTUBRO DE 1922 PARA LER HOJE

SELEÇÃO DO ARQUIVO DN
POR **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

CONSIDERAÇÕES

A discussão travada em tôrno da entrevista que com S. M. El-Rei D. Afonso XIII tivemos ocasião de realizar em S. Sebastian não pode senão, como jornalista, lisonjear-nos. E sem outras responsabilidades que não fôssem essas, sem pretensão a sermos agora ou em outra qualquer oportunidade mais do que isso, o nosso fim estava atingido.

Mas, nas declarações importantíssimas que tivemos a honra de ouvir ao monarca espanhol, há um ponto de vista nacional, sôbre o qual, como português, nos julgamos obrigados a dar uma opinião que, não visando a ser um esclarecimento, pode, no entanto, ser útil e, neste momento, talvez necessária.

Cumpre nos, em primeiro lugar, esclarecer uma questão de facto. S. M. El-Rei de Espanha nunca nos recusou entrevista alguma. Solicitáramos anteriormente uma audiência do Soberano—que, por ter de se ausentar de Madrid, nesse momento, a não pôde conceder. Se essa audiência se tivesse realizado então—e nenhuma razão temos para supôr que, se as circunstâncias o tivessem permitido, ela não se realizaria—teria El-Rei feito, porventura, as afirmações de afecto a Portugal que recentemente nos fez? Se não temos motivo algum para o afirmar, nenhum motivo pode tambem haver para o contestar. Discutir um assunto dêstes no terreno das hipóteses, afigura-se-nos duma visivel inconveniência.

A audiência foi, de resto, concedida por Sua Majestade, mediante uma solicitação pessoal! — e foi particularmente (isso, desde o princípio, tivemos o cuidado de acentuar nestas colunas) que tivemos aqui a comunicação de que Sua Majestade se dignaria receber-nos. O Rei de Espanha recebe quem quere—e como quere. De resto, se a audiencia tivesse sido concedida oficialmente, ela deixaria de ter o carácter jornalístico e espontâneo que teve — e êsse é o seu principal mérito. Nunca pretendemos dar-lhe outro.

Procurar, isolàdamente, e embora entre um significativo côro de aplausos, encarar as coisas sob outro aspecto é, nesta altura, parece-nos, prestar um mau serviço aos interêsses do país. Temos, em Portugal, a preocupação de discutir tudo, mesmo as coisas que pelo seu melindre ou pela sua oportunidade, mais desviadas deviam estar dêsse espirito crítico.

O facto importante que resulta da entrevista é êste: o Chefe de Estado da nação espanhola fez-nos pùblicamente declarações de afecto e de confiança nos nossos recursos e revelou a opinião de que um entendimento, sob uma plataforma económica, mantidas as distâncias políticas entre os dois países, deveria constituir, com reciprocas vantagens, a base de uma boa e fecunda política peninsular.

E mais ainda: o Rei manifestou o parecer de que a Espanha, tanto quanto caiba nos seus recursos e nos nossos desejos ou conveniências, pode e deve vir ao encontro das dificuldades económicas que atravessamos.

Declarações destas, que, traduzindo uma valiosa oferta—de incalculável valor, sob o ponto de vista do nosso crédito e do nosso prestígio internacional—não importam para nós compromisso algum, pois que foi um particular que as ouviu e as transmitiu ao seu país, em qualquer parte do mundo registam-se e agradecem-se. Não se comentam.

No terreno das realizações, quando a êsse terreno se chegar, haverá um govêrno que terá de defender os interêsses nacionais. E' a êle que compete, entrando no campo das realidades, intervir em assunto tão delicado. Mas diminuir pùblicamente o alcance das declarações régias—que todos os portugueses deveriam estar interessados em valorizar perante o mundo, qualquer que fôsse o seguimento diplomático que elas, a seu tempo, tivessem,—sob o pretexto de que a imprensa espanhola, o que, de resto, é inexacto, as comentou menos efusivamente do que nós (o que nada tem de estranho), ou que a Legação de Portugal não foi no assunto ouvida, é *diminuir-mo-nos a nós próprios*, é fazermos obra contra nós próprios. Podem as intenções ser excelentes; os resultados internacionais são êsses.

Não se trata do texto dum tratado de comércio a discutir; não se trata, sequer, de negociações oficiais a estudar e comentar. Trata-se duma saudação afectuosa dum Chefe de Estado—e dum Chefe de Estado que no seu país e na Europa inteira ocupa neste momento uma situação de especial prestígio e evidência. O nosso interêsse nacional, externo e interno, é dessa saùdação tirar o máximo dos efeitos de crédito e de confiança que ela para nós tenha.

O jornalista não fala aqui. Diante de um facto desta transcendência e desta delicadeza, a própria obra do jornalista desaparece. Não vale a pena, para a apoucar — tanto em Portugal confundimos fàcilmente tudo! — reduzir as conseqüências de um incidente que, na hora que passa, reveste para nós vantagens, *mais talvez de ordem indirecta*, do que directa, que a ninguém podem passar despercebidas.

Portugal atravessa um momento em que necessita, não apenas para o robustecimento da sua personalidade politica, o que a outros países, como a nós, acontece, mas para a própria resolução do seu problema financeiro, de crédito externo — condição do estabelecimento da nossa própria confiança interna. Todos os dias, além disso, nós, portugueses, falamos da necessidade de expansão da nossa propaganda no estrangeiro, acusando a opinião pública dos outros países, desvirtuada por campanhas tendenciosas, de não nos conhecer bastante e de nos ser, por vezes, injustamente adversa. Na própria imprensa inglesa, nem sempre temos sido poupados. Queixamo-nos ainda, em Portugal, de que são as agências espanholas que espalham no mundo, a nosso respeito, exagerando as nossas discórdias e os nossos erros, a reputação de um país ingovernável e em vésperas de falência.

Pois há um Chefe de Estado — e precisamente o Chefe de Estado da Espanha! — que vem, pùblica, ostensiva e afectuosamente, falar dos recursos de Portugal, dirigir-nos palavras de fé e de incitamento, oferecer-nos o seu apoio para a obra do ressurgimento nacional— e, se oferece o seu apoio para essa obra, é porque não só julga êsse ressurgimento possível, mas nele confia — um Chefe de Estado que, implìcitamente, por êsse facto, perante a opinião internacional, exautora a obra de dissolução e hostilidade atribuida às próprias agências de informação do seu país, que nos desacreditam — e nós, portugueses, em vez de valorizarmos estas expressões, em vez de as aceitarmos com reconhecimento, em vez de as divulgarmos, como a melhor homenagem prestada ao orgulho nacional e o mais completo desmentido àqueles que lá fóra nos diminuem, começamos a discuti-las, a duvidar delas, a encontrar-lhes entrelinhas!

As palavras do Rei, desprovidas de todo o caracter oficial, não são por enquanto senão uma homenagem prestada por um dos mais altos dirigentes europeus a Portugal e ao futuro português, dentro da sua autonomia peninsular. Traduzidos amanhã, em pontos de vista concretos, os votos, só lisongeiros para nós, do grande Rei, serão indubitàvelmente sujeitos às negociações dos governos — que defenderão, cada um deles, o ponto de vista dos interêsses do seu respectivo país. Sôbre êsses pontos de vista, sôbre essas aspirações, a opinião pública terá, de um e de outro lado das fronteiras, de, a seu tempo, se pronunciar, pois que de países livres se trata.

Por agora, são apenas palavras de estima, de auxílio, de desejo de cooperação, pronunciadas no alto dum trono. E' esta a ocasião de discutir intenções, de enredar hipóteses, de ressuscitar o passado—nessa detestável política de repulsa que, internamente, tanto mal fez ao regime e aos seus homens e, internacionalmente, tão deploráveis conseqüências pode ter? Que nos respondam o bom senso e o patriotismo — até a delicadeza de quem nos lê!

Escrevemos sem acrimónia, sem vaidade. Sabemos o que são os hábitos políticos dêste país — mas estender êsses hábitos a factos dêste melindre é acto em cujas conseqüências nos atrevemos a pedir a todos, neste momento, que reflitam.

Portugal foi honrado por uma deferência que, no aspecto público que a revestiu, tem a sua principal vantagem e o seu maior efeito. Esqueçàmos que o instrumento casual dessa significativa prova de estima por nós e de esperança nos nossos recursos foi um jornalista — que já disso mesmo, êle próprio, se esqueceu. Trata-se dum acto de propaganda (se outro alcance, ao menos, lhe não quiserem dar) — que dificilmente, nesta hora de retraimentos e desconfiança, se encontraria maior.

Não pode haver dois portugueses que sôbre êste ponto não estejam de acôrdo. Não faltará, porém, quem contra nós explore com a simples aparência do contrario. Em coisas destas as simples aparências impõem reservas, a que nós não faltaremos.

CASTELOS NO AR

A Liga das Nações e o desarmamento

As nações não se desarmam enquanto não virem a sua segurança perfeitamente garantida

Paris, 25 de Setembro.

A Sociedade das Nações, discutindo a questão do desarmamento, emitiu um voto tendente a que os Estados europeus que existiam sob a sua denominação actual antes de 1914, que não modificaram o seu estatuto juridico e que não tomam parte neste momento em operações militares sejam convidados a reduzir as suas despesas militares, navais e aereas ás proporções de 1913, tomando como base os preços de antes da guerra,

Esse voto foi proposto pelo sr. Henry de Jouvenel, delegado francês, que o justificou nos seguintes termos:

A grande tristeza do nosso tempo é ver que os armamentos se desenvolvem apesar da paz. Todos os que combateram pela civilização tiveram como escopo dos seus esforços e dos seus sacrificios a derrota do militarismo. A paz foi assinada e a maior parte das nações não desarmaram. Três anos depois da paz, os algarismos que representam os armamentos militares, navais e aereos são superiores aos de 1913. Compreende-se que as nações novas, saídas da paz, cujas fronteiras estão ainda mal fixadas e cuja segurança é ainda incerta sejam obrigadas a armar-se; compreende-se ainda que nações como a Belgica, que viram como as neutralidades se violam e foram obrigadas pela dolorosa experiencia da invasão a modificar o seu estatuto nacional, e que outras nações que efectuam na hora actual operações militares, como a Grecia e a Espanha, não possam sem perigo reduzir os seus armamentos; mas as nações que se dizem em paz, que estão em paz, que existiam antes da guerra, cujo territorio não foi diminuido nem atingido pela guerra, devem ser formalmente convidadas pela Sociedade das Nações a provar a sua boa vontade de desarmamento, reduzindo, para começar, o total das suas despesas militares, navais e aereas aos algarismos de 1913 sobre a base dos preços de antes da guerra.

Ora os delegados das Nações em Genebra tinham ontem precisamente diante dos olhos um documento que lhes foi distribuido esclarecendo a situação actual dos diferentes países, sob o ponto de vista dos seus orçamentos militares em relação a 1913. Segundo esse documento, eis os orçamentos que aumentaram e a percentagem desse aumento:

Inglaterra	19,2 %
Indias Britanicas	14,2 %
Australia	17,4 %
Canadá	7,6 %
Nova Zelandia	148,3 %
Japão	71,9 %
Belgica	82,1 %
Portugal	7,9 %

Os que diminuiram:

Africa do Sul	25,4 %
Romenia	23,1 %
Italia	46,1 %
Brasil	45,3 %
França	7,9 %

Isso pelo que respeita ás nações que tomaram parte na guerra. Vejamos agora os neutros.

Aumento:

Dinamarca	33,3 %
Espanha	38,3 %
Holanda	48,2 %
Suecia	20,1 %

Diminuição:

Suiça	39 %
Noruega	14 3 %

O exame desses quadros põe em relevo a complexidade do problema. Ha, segundo a opinião do proprio sr. Jouvenel, certas despesas militares que se justificam pela situação actual dos Estados que as fazem. Mas ate que ponto, em que proporções elas se justificam? No estado de coisas presente todos esses projectos de desarmamento são ilusorios e inconsistentes. Um desarmamento real praticado de boa-fé, sem reservas, sem subterfugios, sem escapatorias não se compreende, nem poderá nunca realizar-se sem que solidas garantias se ofereçam, por um entendimento geral, á segurança dos Estados. Se me permitem pôr as coisas em pratos limpos, em expressões plebeias, direi que até lá tudo são lerias e que cada Estado sabe melhor que a Sociedade de Genebra as linhas com que se cose.

O exame literal das estatisticas conduz, de resto, a conclusões bizarras. Assim, aquelas que a Assembleia das Nações hoje examina incluem Portugal entre as nações militaristas, nesse mesmo grupo onde a Nova-Zelandia nos aparece como a mais terrivel ameaça que pesa sobre a paz do mundo. Pelo contrario, a Africa do Sul é mansa como um cordeiro e a Italia vê-se tão distante dos perigos de uma guerra como o longinquo e pacifico Brasil. E, de resto, poderá a Assembleia de Genebra aceitar como um dogma que em 1913 os armamentos correspondiam proporcionalmente ás justas necessidades de cada nação?

O sr. Jouvenel entende que a comissão do desarmamento deve aplicar-se em conseguir apresentar daqui a um ano, isto é, á proxima assembleia da Sociedade das Nações um plano geral de redução dos efectivos militares, dum tratado de garantias e dum organismo encarregado de assegurar o desarmamento e ao mesmo tempo as garantias. Isso sim. Essas podem ser as bases de uma obra util. Mas nesse caso o voto de agora é de puro platonismo e melhor fôra não perder tempo em o formular.

Ontem mesmo, como se tratasse do desarmamento naval, para o qual no fundo é absurdo estabelecer regras diferentes das do desarmamento militar, o delegado do Brasil declarou que o seu país não poderia aceitar o coeficiente fixado pela convenção de Washington; e logo o sr. Fisher, conciliante, apresentou uma emenda estabelecendo que «todos os casos particulares serão examinados especialmente».

Assim, qual Penelope, a Sociedade das Nações, perdida no meio de tantos interesses desavindos, ocupa-se em desfazer em cada dia o trabalho que na vespera começou.

Jorge GUERNER

OS AVIADORES

E' necessario que a capital os receba com as demonstrações de carinho de que são dignos

E' possivel—e já cautelosamente deixamos de escrever: e provavel—que o mês de outubro não finde sem que o «Porto» aqui chegue, trazendo a bordo os dois gloriosos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Julgamos interpretar uma vez mais o sentimento nacional, tornando publicas, ainda a tempo e horas, algumas considerações que a aproximação do dia desse regresso nos sugere.

Apesar do momento critico e cheio de melindres, que vivemos, interna e internacionalmente, nos aconselhar a maxima compostura, o maior e o mais cuidadoso e recatado escrupulo no expandir dos nossos, aliás legitimos, entusiasmos; apesar da crise tremenda, sob multiplos aspectos, que estamos atravessando, antes e acima de tudo mais, continuar reclamando que, com urgencia, nos unamos e solidarizemos para um ingente esforço colectivo de trabalho e de concordia, a realizar com o devotado e silencioso afan que a consciencia dos momentos agudos da historia das patrias dá aos povos que, decadentes embora, têm em si as energias mais do que suficientes para um glorioso rejuvenescimento; apesar de tudo isso, não seria nem logico, nem proveitoso que deixassemos entrar em Lisboa, em Portugal, sumidos como sombras, apagados como anonimos, os dois grandes vultos nacionais que ai vêm nimbados por uma intensa e demorada glorificação, amiga mas estranha, sem que a voz da Patria os abençoasse tambem, uma ultima vez, na melhor de todas as benções, sem que os braços dos seus irmãos os cingissem tambem, finalmente, no mais sentido e carinhoso de todos os abraços.

Ha festas—e ainda ha dias o escreviamos a proposito da comemoração, no Funchal, do 5.º centenario da descoberta da Madeira—que mesmo nas quadras da vida nacional menos propicias, têm razão de ser e cabimento, pela grandeza e pela utilidade do seu significado moral e patriotico. E a recepção festiva que se faça aos dois aviadores está nestes casos.

O país não deve esquecer, nem tem o direito de deixar de galardoar o prestimoso serviço que esses dois heroicos oficiais lhe prestaram, engrandecendo o nome português, levando-o a alturas desde ha seculos não atingidas. E se é certo —estamos disso plena e sinceramente convencidos—que o Brasil reservaria sempre e em todas as circunstancias, um exito brilhante á visita do sr. Presidente da Republica, afigura-se-nos não ser menos exacto que o feito de Gago Coutinho e Sacadura Cabral preparou á viagem presidencial um ambiente politico e até diplomatico muito especial, cujo valor e cujo alcance ocioso seria encarecer.

De resto, para haver carinho, emoção, alegria; para que todos nos mostremos e nos confessemos gratos ao serviço honroso que os aviadores prestaram á sua e nossa querida patria, não se faz mister que se onere o tesouro publico com novos sacrificios, e seria mesmo criminoso que á sombra dessa devida consagração, desse bem merecido preito de homenagem, se fizessem esbanjamentos com os quais o erario não pode. O que é preciso—isso basta e chega bem!—é que a alma nacional vibre como nos seus dias maiores e demonstre, á evidencia, que se compreendem e se sentem cá dentro, tão bem ou mais bem que lá fóra, as glorias novas que Portugal velho e glorioso agora soube conquistar.

A VIAGEM PRESIDENCIAL

O sr. dr. Antonio José de Almeida não desembarcou em Pernambuco

Apezar disso a passagem do "Arlanza" por aquele porto foi revestida de grande imponencia

FERNAMBUCO, 2. — Tanto a colonia portuguesa como os naturais do Brasil aguardavam com ansiedade o desembarque do sr. dr. Antonio José de Almeida, tendo sido realisadas muitas reuniões no Gabinte Português de Leitura com o fim de organizar o programa das festas.

O ilustre viajante radiografou ao governador informando-o da sua impossibilidade de desembarcar, por motivo de falta de saude.

Apesar disso a passagem do «Arlanza» por este porto foi revestida de grande imponencia, indo ao encontro daquele navio numerosissimos barcos embandeirados.

O sr. dr. Antonio José de Almeida recebeu varias comissões que o foram saudar, sendo trocados a bordo cordealissimos cumprimentos.

O governador mandou um oficial do seu gabinete cumprimentar o Chefe do Estado português.—(A.).

Noticias diversas

BAIA, 2. — O sr. dr. Antonio José de Almeida condecorou com a ordem de Aviz os oficiais postos ás suas ordens pelo Governador da Bahia, tenente coronel Henrique Faria, e tenente Arlindo Pereira.—(A.).

BAIA, 2. — Os jornais desta cidade fazem as mais calorosas referencias á visita do sr. dr. Antonio José de Almeida, pondo em evidencia os resultados morais, politicos e sociais da sua viagem ao Brasil, e da honra que deu ao Estado da Baia, acedendo ao convite do Governador J. J. Seabra para desembarcar. Todos os membros da comitiva foram alvo das mais carinhosas manifestações. —(A).

BAIA, 2. — O embaixador do Brasil em Portugal sr. Cardoso de Oliveira foi tambem alvo de grandes manifestações de simpatia, tendo ido visitar o tumulo de seu irmão, o professor Climerio de Oliveira, onde se conservou algum tempo na companhia dos seus parentes aqui residentes. —(A.).

RIO DE JANEIRO, 2. — Causou sensação, sendo muito favoravelmente comentada, uma entrevista que o sr. dr. João de Barros concedeu ao

O HOSPITAL DE AGUEDA

fechará se lhe não acudir a caridade publica

Agueda, a linda terra do distrito de Aveiro, tem o seu hospital onde se acham os doentes pobres que ali são tratados e muitas vezes restituidos a vida de lutas e de trabalhos. Mas, em consequencia da crise economica que assoberba o nosso país, a simpatica instituição será forçada a fechar as suas portas, deixando de prestar a sua caridosa assistencia aos desprotegidos da fortuna que no util estabelecimento encontram refugio e lenitivo para as suas dôres.

O *Diario de Noticias*, com a convicção de que nunca apela inutilmente para os sentimentos generosos dos seus leitores, leva ao conhecimento do publico a precaria situação do hospital da linda e caracteristica terra portuguesa, onde vive um povo honesto e trabalhador, digno de toda a nossa simpatia.

Os que concorrerem para que o util estabelecimento não deixe de funcionar, terão praticado um gesto digno dos maiores elogios. E, decerto, muitos dos nossos leitores e em especial os naturais da região vão trazer-nos, com o seu auxilio, a certeza de que essa benemerita obra será realizada.

Longas filas para votar depois do horário atrasaram resultado

BRASIL Bolsonaro votou na Vila Militar, no Rio de Janeiro, o seu quartel-general político, enquanto Lula o fez em São Bernardo do Campo, onde iniciou a carreira sindical.

TEXTO **JOÃO ALMEIDA MOREIRA,** SÃO PAULO

RUI LEITÃO

Com apenas 30% das urnas apuradas, às 23h00 em Portugal, horário do fecho da edição, Jair Bolsonaro, do Partido Liberal, liderava as eleições presidenciais do Brasil com 47,56% dos votos válidos. Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, somava 43,64%, quando ainda havia eleitores em seis estados a votar (estavam na fila quando o horário de fecho de urnas foi ultrapassado e obtiveram senha para realizar o voto). Os dados, no entanto, não eram representativos, de acordo com os especialistas dos institutos de pesquisa, não apenas por serem muito curtos como também por não ilustrarem uma amostra do país. "Apenas uma fotografia", disse Mauro Paulino, ex-diretor do instituto Datafolha.

As longas filas, maiores do que de costume, nos locais de votação atrasaram a contagem. Por outro lado, a unificação de horários de fecho das urnas (independentemente dos três fusos horários, todos os estados encerraram as salas de voto à mesma hora), limitou as sondagens "à boca de urna", que costumam revelar um ponto da situação nacional mais aproximado da realidade. "À hora a que Tribunal Superior Eleitoral divulgar a primeira parcial, já vai ser com uma quantidade de votos muito maior do que qualquer pesquisa de boca de urna que nós pudéssemos fazer e esse tipo de sondagem é caro", justificou Márcia Cavallari, diretora do Ipec, um dos principais institutos de sondagens, ao portal UOL.

As duas últimas sondagens dos dois principais institutos de pesquisas do país, Datafolha e Ipec, divulgadas já na madrugada de domingo em Portugal, davam resultados idênticos entre si. No Datafolha, Lula surgia com 50% contra 36% de Bolsonaro, Simone Tebet (MDB) com 6% e Ciro Gomes (PDT) com 5%; no Ipec, os dois primeiros marcavam um ponto a mais cada, Lula 51% e Bolsonaro 37%, e Tebet e Ciro ambos 5%.

Bolsonaro, 67 anos, preside ao país desde 2018, depois de longa mas quase anónima carreira de deputado federal. No seu mandato, viu a rejeição ao seu governo crescer acima dos 50% pelas criticadas conduções da pandemia e da economia.

Lula, que faz 77 anos no próximo dia 27, foi presidente de 2003 a 2010, deixando o cargo com popularidade acima de 80%, e candidato em seis eleições, já contando a atual. Entre 2010 e este sufrágio, o antigo metalúrgico e sindicalista ajudou a eleger a sucessora Dilma Rousseff duas vezes mas depois viu-a ser destituída por *impeachment*, em 2016, e acabou preso na Operação Lava-Jato, em 2018. Como o juiz da operação, Sergio Moro, foi considerado parcial, Lula foi solto, retomou os direitos políticos e pôde concorrer.

Os dois principais candidatos votaram praticamente à mesma hora. Lula em São Bernardo do Campo, cidade nos arredores de São Paulo onde iniciou a carreira sindical, e Bolsonaro na Vila Militar, no Rio de Janeiro, o seu quartel-general político. O candidato do PT, ao ser questionado sobre eventualidade de protestos em caso de uma vitória, disse que a maioria dos brasileiros quer harmonia. "A maioria da sociedade brasileira quer paz e tranquilidade, quer trabalhar, produzir e viver bem, mas vai haver algum fanático que não vai nunca querer se adaptar, como há em todos os partidos políticos, e em todas as tendências ideológicas", afirmou, ao lado do candidato a vice, Geraldo Alckmin.

Lula beijou o comprovante de votação e lembrou que há quatro anos foi impossibilitado de votar por estar preso em Curitiba no contexto da Operação Lava-Jato. "Tentei fazer com que a urna fosse à cela mas não levaram, quatro anos depois de ter sido vítima de uma mentira, estou aqui votando com total reconhecimento da minha liberdade e com a possibilidade de voltar a ser presidente".

O candidato do PL disse que "se forem eleições limpas" não teria "problemas" em reconhecer o vencedor mas, mais importante do que as sondagens que davam o rival à frente, "é o Datapovo", continuou, referindo-se aos comícios que foi fazendo e usando um trocadilho com o nome do instituto Datafolha. E, enquanto Tebet afirmou, ao votar em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, que "apesar de eleições atípicas, a democracia brasileira saiu fortalecida", Ciro, em Fortaleza, Ceará, garantiu que não se candidatará novamente: "Pretendo parar".

Por outro lado, a uma hora do fecho das urnas, o Ministério da Justiça e Segurança Pública registava 170 prisões por crimes eleitorais: 148 casos por campanha ilegal, 25 por compra de votos e 17 por tentativa de violação o sigilo do voto.

BREVES

Governantes da era Trump não devolveram documentos

Vários membros do governo do ex-presidente dos EUA Donald Trump ainda não devolveram documentos que são propriedade do Estado, informou o Arquivo Nacional, numa carta divulgada pelos *media* norte-americanos. "Embora não haja uma maneira fácil de estabelecer a rastreabilidade absoluta, sabemos que não temos tudo o que deveríamos ter", escreveu a arquivista-chefe interina, Debra Steidel Wall, numa carta enviada à congressista Carolyn Maloney, que lidera uma comissão parlamentar de inquérito. O Arquivo Nacional, informou, "vai consultar o Departamento de Justiça, para analisar possíveis ações legais", de forma a poder recuperar registos que "foram removidos ilegalmente".

UE responde a "ações hostis" da Nicarágua

A União Europeia (UE) criticou ontem a decisão "injustificada" da Nicarágua de expulsar o seu embaixador naquele país e de cortar relações com os Países Baixos, assegurando que responderá "firme e proporcionalmente". "Essas ações hostis e injustificadas não só afetarão as relações bilaterais entre a Nicarágua e a UE e os seus estados-membros", disse o chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, num comunicado.A Nicarágua anunciou, na sexta-feira à noite, o corte de relações diplomáticas com os Países Baixos, que tinha cancelado o financiamento da construção de um hospital devido a "graves violações dos direitos humanos" no país, e declarou '*persona non grata*' a embaixadora da UE, Betina Muscheidt. **LUSA**

Conselho de Administração Marco Galinha (Presidente), Domingos de Andrade, Guilherme Pinheiro, António Saraiva, Helena Maria Ferreira dos Santos Ferro de Gouveia, José Pedro Soeiro, Kevin Ho e Phillippe Yip **Secretário-geral** Afonso Camões **Diretora** Rosália Amorim **Diretor-adjunto** Leonídio Paulo Ferreira **Subdiretora** Joana Petiz **Data Protection Officer** António Santos **Diretor de Tecnologias e Sistemas de Informação** David Marques **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 28 571 441,25 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção e Patrícia Lourenço **Direção Comercial** Frederico Almeida Dias e Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital social:** KNJ Global Holdings Limited – 35,25%, Páginas Civilizadas, Lda. – 29,75%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 24,5%, Grandes Notícias, Lda. - 10,5% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt

5 605290 023002
56048